

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

ANÁLISE DOS BANCOS ESTADUAIS NO PERÍODO PÓS-REAL

Luiz Edgard Fonseca Ferreira

FLORIANÓPOLIS, MARÇO DE 2008.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

ANÁLISE DOS BANCOS ESTADUAIS NO PERÍODO PÓS-REAL

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: Luiz Edgard Fonseca Ferreira

Orientador: Professor Ricardo José A. de Oliveira

Área de Pesquisa: Economia Brasileira; Sistema Financeiro Nacional

Florianópolis, Março de 2008.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota ao aluno Luiz Edgard Fonseca Ferreira na Disciplina CNM 5420 - Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Ricardo José Araújo de Oliveira
(Orientador)

Prof. Idaleto Malvezzi Aued

Prof. Felipe Wolk Teixeira

LISTA DE QUADROS E TABELAS

TABELA 1 – Municípios de SC com atendimento bancário exclusivo do BESC	10
TABELA 2 – Taxa de crescimento PIB e a Taxa de Inflação (1973-1979).....	16
QUADRO 1 – O SFB após as Reformas de 1964-66	22
QUADRO 2 – Instituições bancárias incluídas no Reat/liquidação extrajudicial.....	36
TABELA 3 - Resultado dos leilões realizado pelo Proes (em milhões de reais)...	44
QUADRO 3 - Resultado do Proes	45
TABELA 4 – Análise da participação no crédito (Em milhões de reais)	47
TABELA 5 – Análise da participação nos depósitos (Em milhões de reais)	49
TABELA 6 – Evolução do total de Ativos (Em milhões de reais).....	50
TABELA 7 – Evolução do Índice de Liquidez Geral (Em milhões de reais)	51
TABELA 8 - Evolução da relação despesas e receitas (Em milhões de reais).....	52
TABELA 9 – Quantidade de agências bancárias nos municípios de SC.....	60

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
1.1	APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA	7
1.2	OBJETIVO.....	12
1.2.1	<i>Objetivo Geral</i>	12
1.2.2	<i>Objetivos Específicos</i>	12
1.3	CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA.....	13
1.4	METODOLOGIA.....	20
2	A MONTAGEM DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO	21
3	OS BANCOS ESTADUAIS.....	25
3.1	OS BANCOS ESTADUAIS E A CRISE ECONÔMICA	25
3.2	O PROES	38
3.3	OS BANCOS ESTADUAIS PÓS-PROES	46
4	CONCLUSÃO	55
5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58
6	ANEXO 1	60

RESUMO

No Brasil, a dualidade entre crescimento e endividamento do setor público, foi uma constante na segunda metade do século XX. Houve momentos em que a facilidade na captação de recursos externos, permitiram ao país crescer e cobrir sua necessidade real. A mudança no cenário internacional, limitando esses recursos, criou uma nova realidade. O aumento dos juros internacionais e, conseqüentemente dos compromissos externos assumidos pelo país, levou a um processo inflacionário que atravessou quase duas décadas. As instituições bancárias souberam tirar proveito desse período de inflação alta e obter ganhos financeiros reais, se acomodando ao processo. Com a estabilidade econômica, essas instituições passam a ter dificuldades, uma vez que, grande parte de suas receitas eram provenientes da inflação. Para não permitir uma desestabilização no setor bancário, o governo adota medidas de socorro, tanto aos bancos públicos, como aos bancos privados. O objetivo deste trabalho é analisar o desempenho dos bancos estaduais após o Plano Real.

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Em março de 1993, o então Ministro da Fazenda do Governo de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, seguindo uma série de tentativas de governos anteriores para conter a inflação, anuncia mais um plano de estabilidade econômica, o Plano Real.

O mérito deste plano em relação aos anteriores é que, dessa vez, o plano logrou sucesso e conseguiu interromper uma seqüência de décadas contínuas de inflação alta no Brasil.

Não obstante todo o benefício que a tão esperada estabilidade econômica trouxe para o País, não se pode negar que a transição de um momento de inflação alta para um momento sem inflação criou a necessidade de adaptação por parte de todos os agentes econômicos. Em particular, no caso de instituições bancárias, exigiu uma adaptação ainda mais rígida, pois a inflação garantia uma receita para as instituições participantes desse mercado que, se não o único, um dos poucos beneficiados com as altas taxas.

Nesse novo contexto, a agitação no mercado bancário foi muito intensa a partir de 1994. O mercado passou por várias situações. Desde um primeiro momento em que necessitou de ajuda federal para sua sobrevivência, com o Proer e o Proes, até os dias de hoje onde a abertura aos bancos estrangeiros e as movimentações de fusão, aquisição e incorporação, geraram uma concentração no mercado solidificando a posição dos grandes bancos.

Nesse processo, os bancos oficiais tiveram desvantagens em relação aos bancos privados, pois não puderam acompanhar as ações de adaptação do mercado, que tiveram como base no primeiro momento, um ajuste de estrutura e desenvolvimento em tecnologia. A falta de recursos, que por si só já consiste em um problema, foi agravado pelos impedimentos legais de gastos impostos às empresas públicas, como a obrigatoriedade de licitação. O que deixou esses bancos muito morosos em relação aos privados. Também tem que ser considerado que, em 1994, um ajuste no quadro de pessoal de uma instituição pública era muito mais traumático do que em uma instituição privada. Essa afirmação pode ser embasada pelo fato de que, nos bancos privados, o quadro de pessoal sempre foi justo, o que não acontecia nos bancos públicos, exigindo que os ajustes para adaptação aos novos tempos

fossem feitos em proporções diferentes. Deve ser considerado também, que ajustes nos bancos oficiais, muitas vezes, representavam um desgaste político aos governantes, fato de extrema relevância na tomada de decisão. Esses fatos fizeram com que a realidade pós-estabilidade fosse diferente entre os dois segmentos, o público e o privado. Isso trouxe uma inevitável comparação entre eles e fez com que parte da opinião pública visse os bancos oficiais como um problema para a sociedade.

Uma análise mais aprofundada, porém, pode nos levar a ver o problema por outra perspectiva. É inegável que no decorrer da história houve momentos em que os bancos oficiais possam ter sido mal utilizados, atendendo interesses contrários aos da sociedade. Mas, fazendo uma retrospectiva, observa-se claramente a importância desses bancos em ocasiões cruciais na história econômica. Grande parte de seus problemas são originados em momentos em que eles foram utilizados como poderoso instrumento para o crescimento do País, em situações em que o setor privado não atendeu a demanda necessária para esse crescimento.

Independente da eficiência dos bancos públicos na prestação de serviços bancário é importante destacar sua importância no desenvolvimento regional. Isso significa dizer que, mesmo em igualdade de condições com um banco privado, o banco público tem a obrigação de priorizar seus compromissos sociais em detrimento ao lucro, diferenciando-se assim de um banco privado.

Apesar de serem empresas do mesmo segmento, até muito pouco tempo, os bancos estaduais, na prática, têm o funcionamento bem diferente dos bancos privados.

As leis de mercado que regem os bancos privados não se aplicavam aos bancos estaduais. Por exemplo, enquanto em que a sobrevivência de um banco privado sempre esteve ligada ao seu resultado financeiro e a confiança no mercado, as chances de um banco estadual vir a falir eram praticamente nulas, pois seu desempenho estava diretamente ligado ao funcionamento do estado. No caso de insolvência, o estado sempre poderia utilizar de seus meios para garantir o pagamento aos credores ou depositantes, garantindo assim a sobrevivência do banco. Outro fator que deve ser considerado é a utilização do banco como fonte de recurso. Se os estados fossem buscar empréstimos no setor privado, estariam sujeitos as regras de mercado. Usando os bancos estaduais, os estados se endividaram muito acima de suas condições de pagamento, criando um problema para os próprios bancos.

É importante ressaltar que a utilização dos bancos como fonte de crédito por parte dos estados ou para suas empresas, constitui uma operação, no mínimo discutível, já que é um empréstimo direto para seu controlador, caracterizando um conflito de interesses. No caso de

dificuldade do estado para honrar o compromisso, o banco não usuraria das boas práticas de mercado para cobrar seus direitos. Isso aconteceu, de fato, em todos os estados.

Outro ponto a ser salientado diz respeito às administrações. Enquanto a administração dos bancos privados sempre seguiu uma linha profissional, as diretorias dos bancos públicos, em geral, eram formadas por indicações políticas, com pessoas nem sempre experientes e alinhadas com o mercado. Outra questão relativa à administração diz respeito ao quadro de pessoal. O funcionário de um banco estadual tinha uma maior garantia de empregabilidade do que o funcionário de um banco privado. Os gastos desses bancos com os funcionários eram maiores com os bancos públicos, pois na maioria dos casos, esses funcionários, tinham vantagens que os outros não tinham, como fundo de pensão, plano de saúde, entre outras.

Uma outra dificuldade para os bancos estaduais acompanharem o desempenho dos bancos privados é seu limite geográfico. A área de atuação de um banco estadual está restrita as fronteiras de seu estado.

Por fim, o banco estadual não tinha como seu principal objetivo realizar lucros para seus acionistas. Sempre foram instituições com compromissos de desenvolvimento. Motivo pelo qual, durante anos, adotaram estratégias diferentes dos bancos privados. Se por um lado, não atingem os mesmos resultados que os bancos privados, por outro, alcançam localidades onde os bancos privados não tem interesse em se fixar, devido a não obter retorno no investimento. A tabela abaixo mostra os municípios de Santa Catarina que possuem apenas um ponto de atendimento, sendo este do BESC, seu banco estadual. A tabela completa, mostrando apenas os municípios que possuem pelo menos um ponto de atendimento bancário, está no final do trabalho.

TABELA 1 – MUNICÍPIOS DE SC COM ATENDIMENTO BANCÁRIO EXCLUSIVO DO BESC

Cidade	Quantidade de agências de Bancos Privados	Quantidade de agência do BB	Quantidade de agências do BANRISUL	Quantidade de agências do BESC	Total
Abdon Batista	0	0	0	1	1
Agronômica	0	0	0	1	1
Águas Mornas	0	0	0	1	1
Angelina	0	0	0	1	1
Anitápolis	0	0	0	1	1
Arroio Trinta	0	0	0	1	1
Atalanta	0	0	0	1	1
Aurora	0	0	0	1	1
Bom Jardim da Serra	0	0	0	1	1
Botuverá	0	0	0	1	1
Canelinha	0	0	0	1	1
Caxambu do Sul	0	0	0	1	1
Celso Ramos	0	0	0	1	1
Dona Emma	0	0	0	1	1
Doutor Pedrinho	0	0	0	1	1
Erval Velho	0	0	0	1	1
Galvão	0	0	0	1	1
Governador Celso Ramos	0	0	0	1	1
Grão Pará	0	0	0	1	1
Guarujá do Sul	0	0	0	1	1
Ibicaré	0	0	0	1	1
Imaruí	0	0	0	1	1
Imbuia	0	0	0	1	1
Ipira	0	0	0	1	1
Iraceminha	0	0	0	1	1
Itapoá	0	0	0	1	1
Jaborá	0	0	0	1	1
José Boiteux	0	0	0	1	1
Lacerdópolis	0	0	0	1	1
Laurentino	0	0	0	1	1
Leoberto Leal	0	0	0	1	1
Lindóia do Sul	0	0	0	1	1
Lontras	0	0	0	1	1
Luis Alves	0	0	0	1	1
Luzerna	0	0	0	1	1
Major Gercino	0	0	0	1	1
Maracajá	0	0	0	1	1
Marema	0	0	0	1	1
Matos Costa	0	0	0	1	1
Modelo	0	0	0	1	1
Nova Erechim	0	0	0	1	1
Ouro	0	0	0	1	1
Paulo Lopes	0	0	0	1	1
Pedras Grandes	0	0	0	1	1
Peritiba	0	0	0	1	1
Petrolândia	0	0	0	1	1
Pinheiro Preto	0	0	0	1	1
Presidente Castelo	0	0	0	1	1

Branco					
Presidente Nereu	0	0	0	1	1
Rancho Queimado	0	0	0	1	1
Rio das Antas	0	0	0	1	1
Rio Fortuna	0	0	0	1	1
Romelândia	0	0	0	1	1
Salto Veloso	0	0	0	1	1
Santa Rosa de Lima	0	0	0	1	1
São Bonifácio	0	0	0	1	1
São Martinho	0	0	0	1	1
Saudades	0	0	0	1	1
Serra Alta	0	0	0	1	1
Timbé do Sul	0	0	0	1	1
Timbó Grande	0	0	0	1	1
Tunápolis	0	0	0	1	1
União do Oeste	0	0	0	1	1
Urupema	0	0	0	1	1
Vitor Meireles	0	0	0	1	1
Witmarsum	0	0	0	1	1

Fonte: Site do Banco Central, elaboração do autor, dados em janeiro de 2008

Pela tabela, pode ser observado que 66 municípios de Santa Catarina, dependem exclusivamente do atendimento do BESC, indicando que bancos privados não tem interesse em fixar-se nestas localidades.

Os bancos estaduais sempre foram fonte de recursos para os estados, tendo contribuído de forma importante, em diversos momentos, para o desenvolvimento regional. Esses bancos sempre tiveram, portanto, uma dinâmica de funcionamento diferente dos bancos privados, os quais têm por base a lógica do lucro. No entanto, quando ocorreu uma mudança de cenário nacional, atingindo da mesma forma os bancos privados e estaduais, tornou-se necessário que os bancos estaduais respondessem ao novo contexto com o mesmo dinamismo das empresas privadas. (...)

1.2 OBJETIVO

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo deste trabalho é analisar o desempenho dos bancos estaduais após o Plano Real.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Explicar as reformas que originaram o atual modelo de funcionamento do Sistema Financeiro Nacional. O que se pretendia, se o intuito foi atingido ou não, e as conseqüências dessas reformas para os bancos estaduais
- Explicar a necessidade do governo federal em ajustar as contas dos estados e as dificuldades que os bancos estaduais representam para esse ajuste, por serem um valioso instrumento de captação.
- Explicar o Proes, um programa de socorro aos bancos estaduais, mas com a real intenção de retirar esses bancos das mãos dos estados, restringindo, assim, seu poder de endividamento.
- Analisar o desempenho dos bancos estaduais que receberam ajuda do Proes

1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

É de se esperar do Sistema Financeiro Brasileiro o apoio às atividades produtivas, principalmente como ofertante de financiamento de crédito para o investimento das empresas. Em particular, cabe ao sistema bancário o crédito de longo prazo. Segundo CARVALHO (2005), no Brasil a razão de existir um sistema financeiro historicamente disfuncional, sem cumprir seu papel de financiar o investimento privado, está ligado as opções oferecidas às instituições financeiras. O estímulo para aplicação em títulos federais, com boa rentabilidade e menores riscos, fez com que os recursos destinados ao crédito privado fossem desviados para esse tipo de operação.

A partir dos anos 50, o Estado Brasileiro inicia um programa desenvolvimentista da indústria nacional. Um momento de grande impulso desse programa foi ao longo do governo de Juscelino Kubistchek, 1956 a 1960. Foi lançado o Plano de Metas, composto de 31 metas ambiciosas e com o slogan de “50 anos em 5”, estimulando o Processo de Substituição de Importações. Segundo REGO & MARQUES (2005, pág. 97) “No período 1957-1961, o PIB cresceu à taxa anual de 8,2%, o que resultou em um aumento de 5,1% ao ano na renda *per capita*, superando o próprio objetivo do Plano de Metas.” O sucesso do plano permitiu um desenvolvimento do período de 55 a 62, liderado pelo crescimento dos setores de bens de capital e bens de consumo duráveis, com crescimento médio de 26,4% e 23,9% respectivamente, enquanto que de 55 a 59 a indústria de transformação também atingiu bons resultados com um crescimento médio de 22%. (REGO & MARQUES, 2005, pág. 98).

Segundo REGO & MARQUES (2005), o tamanho do mercado interno brasileiro atraiu empresas multinacionais que passaram a dominar os setores mais dinâmicos da indústria nacional, cabendo ao capital privado nacional a função de fornecer insumos e componentes, como pode ser verificado na relação da indústria automobilística e do setor de autopeças.

A partir de 1962 o País entra numa fase de estagnação. “... em 1962, os dados sobre o nível de investimentos e sobre o ritmo de crescimento industrial apontavam para a recessão de 1963.” (REGO & MARQUES, 2005, pág. 105).

Em 1964 os militares assumem o comando político instaurando a ditadura militar, rompendo um processo político democrático e pondo fim ao chamado populismo no país. Segundo REGO & MARQUES (2005), o pensamento econômico conservador criticava os governos populistas por considerar que era necessário primeiro acumular riqueza para depois

distribuí-la. Os governos populistas agiam de forma a distribuir uma renda ainda não existente, gerando inflação.

Apesar das críticas ao nacionalismo econômico do governo anterior, os militares assumem o governo com um discurso desenvolvimentista, de forma a retomar o crescimento econômico. Normaliza o entendimento com os organismos financeiros internacionais, amenizando os conflitos da época de Jucelino Kubistchec, e buscando uma maior integração com os países capitalistas desenvolvidos, principalmente os Estados Unidos. Esses conflitos externos existiam porque mesmo seguindo uma política econômica liberal, o plano de metas não era totalmente apoiado pelo FMI e Banco Mundial. Esses organismos discordavam de uma política expansionista sem uma maior preocupação com a inflação e a geração de déficit fiscal.

O governo militar optou por continuar um crescimento apoiado pelo capital externo, aprofundando a internacionalização da economia, já então dominada pelas multinacionais.

Para conter a inflação, que em 1964 atingiu 90% ao ano, e permitir a continuidade do crescimento industrial no Brasil foram necessárias reformas implementadas no Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG. As medidas foram responsáveis pelo crescimento sustentável nos anos seguintes e esse crescimento foi conduzido principalmente pelas atividades dos setores públicos, as Estatais e pelas indústrias de bens de consumo duráveis, concentradas nas multinacionais. As medidas também foram responsáveis pela continuidade e agravamento do endividamento nacional, uma vez que o programa tinha como pilar o endividamento externo.

A década de 70 marca o cenário internacional como o fim do arranjo monetário de Bretton Woods, que estabelecia a paridade dólar-ouro. Os Estados Unidos desvincularam o dólar ao ouro e outras moedas internacionais passaram a flutuar em relação ao dólar americano. O que gerou tensão entre as principais nações capitalistas que questionavam a liderança da moeda americana no cenário internacional, uma vez que a economia americana acumulava déficits junto ao resto do mundo

Para agravar a situação, em 1973, ocorre a primeira crise do petróleo. A crise afeta todos os países, mas principalmente os endividados. No caso do Brasil as importações ficaram mais caras ao país. Os países desenvolvidos, inclusive os Estados Unidos, provocam uma recessão interna para conter a crise, reduzindo sensivelmente o comércio exterior. A medida reduz o espaço para as exportações brasileiras e devido à elevação da taxa de juros, aumenta os serviços da dívida brasileira, tornando o país mais dependente de financiamento externo.

Neste contexto, diante de grande liquidez internacional, foi criada condições para que, fora dos Estados Unidos, fosse desenvolvido um circuito financeiro de aplicações em dólar com juros livres, que ficou conhecido como Euromercado. Segundo GUTIÉRREZ (2006), este mercado passou a ser uma importante fonte de crédito para financiar a economia brasileira, que utilizou, de forma significativa, os bancos estaduais para acessá-lo, já que a Resolução 63 do CMN autorizava os bancos estaduais a fazerem captação externa. Quanto ao perfil do crédito ofertado, aconteciam mudanças tanto na sua origem quanto em sua forma. Deixa de ser obtido de fontes públicas e passa a ser ofertado por fontes privadas, e o empréstimo bancário passa a prevalecer sobre os investimentos diretos. Além disso, ocorre a elevação da taxa de juros e a redução dos prazos dos financiamentos alteram de forma negativa o perfil de endividamento brasileiro.

Estando o país em uma situação fragilizada, tendo problemas em sua balança de pagamentos, já que os choques do petróleo impactavam os preços dos bens importados dos países centrais em relação aos produtos primários exportados, e as altas taxas de juros que impactavam diretamente o balanço de pagamentos pelos serviços da dívida, o governo faz a opção de “seguir para frente” e implanta em 1974 o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND.)

Em 1974 a forma de crescimento começa a ser questionada e o debate político sobre o futuro do País contrapõe a idéia de um ajuste na economia, como ocorreu em vários outros países, ou continuar o crescimento sustentado pelo endividamento. Segundo NASCIMENTO (2003), para manter o nível de investimento era necessário reduzir o consumo. Para manter o crescimento era necessário aumentar o investimento. A tendência era a desaceleração do crescimento. Nesse momento o Brasil teve a opção de ajustar sua economia contendo a demanda interna e a inflação, porém o caminho seguido foi manter o crescimento sustentado pelo investimento externo. É lançado o II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento, finalizando assim a implantação do parque industrial brasileiro. Dessa forma o crescimento é mantido por investimentos públicos realizados em grande parte pelas empresas estatais.

O II PND iniciou em 1975 durante o governo de Ernesto Geisel. O crescimento econômico era um ponto positivo do governo militar, e o plano buscava manter esse crescimento através da transformação da base produtiva, implantando indústrias de bens de capital e de insumos intermediários, completando, assim, o parque industrial brasileiro. Dessa forma seria possível enfrentar os problemas externos a que o país estava exposto. Além disso, o plano buscava corrigir desequilíbrios regionais, descentralizando a base produtiva, já que

havia concentração de indústrias de bens intermediários. Para financiar este plano, o Brasil retornou ao modelo de financiamento utilizado no período de 64 a 66, onde o Estado era o principal provedor de financiamento de longo prazo.

Durante este período, principalmente após o primeiro choque do petróleo, o Brasil utilizou a exaustão o padrão de financiamento que havia sido estabelecido pelas reformas de 1964-66, com o Estado no papel de provedor de funding de longo prazo por intermédio de suas instituições especiais – BNDE, BB, BNH -, de programas especiais, das empresas estatais e dos bancos estaduais – pela capacidade de gerar caixa e captar recursos externos – como forma de garantir o financiamento do II PND. (GUTIÉRREZ, 2006, pág. 15)

Existia a consciência de que o plano aumentaria os déficits comerciais e a dívida externa, porém os benefícios da criação do parque industrial moderno compensariam esses fatos e permitiriam o crescimento sustentado vencendo o subdesenvolvimento do país. Essa idéia prevaleceu sobre a outra alternativa, que seria um ajuste recessivo.

Embora com taxa de crescimento inferior ao período anterior, o plano manteve o crescimento da economia, porém agravou a inflação e o déficit em transações correntes, forçando o governo a reduzir a velocidade do crescimento. A variação do PIB de 1976 foi de 9,8% e de 4,6% e 4,8% em 78 e 79, como pode ser visto na tabela abaixo:

TABELA 2 – TAXA DE CRESCIMENTO PIB E A TAXA DE INFLAÇÃO (1973-1979)

Ano	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Var % PIB	14,0	9,0	5,2	9,8	4,6	4,8	7,2
Inflação IGP-DI	13,5	34,5	29,4	46,3	38,6	40,5	77,2

Fonte: REGO & MARQUES (2005, pág .134) elaboração do autor

Na tabela acima pode ser observado que, no período houve um significativo aumento do PIB, porém desproporcional às taxas de inflação.

A implementação do II PND aumentou a necessidade de financiamento de longo prazo. Diante do insucesso da criação de um sistema de financiamento do desenvolvimento apoiado nas instituições privadas, uma vez que estas se concentraram no crédito de curto prazo, o governo foi obrigado a retornar no papel de principal fomentador do desenvolvimento doméstico.

Sem poderes de legislar e suas receitas diminuídas, os estados tiveram que buscar novas fontes de investimento para manterem os compromissos estabelecidos no II PND. Dessa forma foram incentivados pelo governo federal a buscar recursos externos através de suas estatais e bancos públicos, e recursos internos através de repasse do governo federal.

Foram beneficiados também pelas Resoluções 53/71 e 53/72 do Senado Federal que autorizavam aumentar o endividamento permitindo operações extra limites para financiar investimentos considerados prioritários. A legislação vigente estabelecia limite para o endividamento dos estados, porém esses limites não se aplicavam as operações de crédito com instituições federais, chamadas de operações extra limite, nem para o endividamento externo. A Resolução 62/75 do Senado Federal acaba com o limite de endividamento no mesmo momento em que a Resolução 93 aumenta o enquadramento das operações extra limite, incluindo, entre outras, operações com o Banco Nacional de Habitação (BNH) e com o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), deixando nítida a intenção de incentivar o endividamento dos estados sem compromissos com sua capacidade fiscal.

Para os estados manterem seus investimentos e arcarem com suas despesas era necessário acesso aos repasses federais e ao crédito externo. Em 1979 ocorre o segundo choque do petróleo trazendo o aumento de juros e consequentemente a redução da oferta de crédito externo. Os estados, que tinham seus déficits fiscais cobertos por captações externas ou repasses federais, também atingidos pelo choque, evidenciaram seus déficits fiscais e seus desequilíbrios financeiros.

Nos anos 80 o cenário capitalista internacional sofre mudanças e a economia brasileira não consegue acompanhá-las, devido sua dependência de ações do Estado, já bastante endividado. O segundo choque do petróleo, em 1979, além de provocar aumento na inflação e na dívida externa, gerou recessão nos países ricos afetando as exportações brasileiras. Ainda em decorrência do choque houve aumento das taxas de juros internacionais. A crise leva o México a pedir moratória, o que afeta diretamente o Brasil, pois o sistema financeiro internacional suspende novos empréstimos.

A economia brasileira, que vinha adotando uma política de crescimento amparada por recursos externos, diante do novo quadro mundial imposto, encontra-se em dificuldades devido à inversão do seu fluxo financeiro, ou seja, o país que até então utilizava empréstimos externos para cobrir suas necessidades reais, pagar juros da dívida e acumular reservas, passa a ter dificuldades em obter novos empréstimos devido às altas taxas de juros e da reversão no ciclo de liquidez internacional. Passa, então, a ter que gerar volume interno para pagar juros e amortizar compromissos com o exterior. O governo federal muda o direcionamento da economia e, ao invés de estimular o endividamento público, impõe um rígido controle fiscal. A crise mexicana em 1982 deteriora de vez as condições de financiamentos externos, consolidando a crise que o país viveu na década de 80.

Ao mesmo tempo em que a economia do país sofria com os problemas externos, o governo adotou uma política de subsídios, incentivos e isenções fiscais, comprometendo mais ainda a situação das finanças públicas.

Dessa forma o País chega ao início dos anos 80 com alto índice de endividamento interno e externo, e sem conseguir conter o avanço inflacionário, em um momento em que, devido as condições do crédito externo, o modelo de financiamento através do setor público e endividamento externo não é mais apropriado.

Os anos de absorção de recursos financeiros e reais é o período de formação da dívida externa brasileira. Assim, o endividamento externo foi resultado, principalmente, da insuficiência do desenvolvimento do mercado financeiro nacional, incapaz de fornecer crédito de longo prazo em volume suficiente para as necessidades do país. (GUTIÉRREZ, 2006, pág. 15)

A década é marcada pelo descontrole da inflação e pela crise fiscal do Estado, devido a estatização da dívida externa. Internamente, durante o período de 1986 a 1991, o Brasil tenta cinco planos econômicos para conter o processo inflacionário. Os fracassos dos planos agravaram a crise financeira e provocaram retrações de investimentos, o que não permite que as indústrias acompanhem os avanços tecnológicos.

Surgem nesse momento as primeiras privatizações. O Estado não consegue administrar suas empresas e começa a não atender a contento a demanda de serviços historicamente sob sua competência, tais como saúde, educação, segurança e habitação. Porém a privatização como bandeira de reforma do Estado só vem a acontecer na década de 90.

A crise fiscal e o processo inflacionário por que passa o Brasil na década de 80 acontecem em vários países latino-americanos.

Com vista para esse triste cenário, reúnem-se em Washington em 1989 o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e representantes dos países da América Latina, com o objetivo de tentar traçar um diagnóstico e lançar diretrizes de reforma econômicas para a América Latina (NASCIMENTO 2005, pág. 195).

Neste encontro foram firmados 10 instrumentos:

- 1 – a disciplina fiscal;
- 2 – a prioridade do gasto público para educação e saúde;
- 3 – a reforma fiscal;
- 4 – as taxas de juros positivas geradas no mercado;
- 5 – o câmbio competitivo;
- 6 – a política comercial liberal;
- 7 – a abertura dos investimentos diretos estrangeiros;
- 8 – a privatização;
- 9 – a desregulamentação;
- 10 – a defesa da propriedade privada.

Entre as medidas necessárias para que os países entrassem na rota do desenvolvimento auto-sustentável estão a política comercial liberal, a privatização e a redução do papel do Estado na economia. As resoluções desse encontro passaram a ser a orientação para a modernização da economia. Outro acontecimento de 1989 foi o Plano Brady que reestruturou as dívidas de 32 países, trocando-as por bônus emitidos pelos países credores. A renegociação melhorou as condições das dívidas, permitindo novos empréstimos, aumentando assim a liquidez externa. Porém o acesso a essa liquidez estava condicionado à adesão as medidas do plano, entre as quais a redução da participação do Estado na economia.

Portanto, diante da reversão de liquidez no cenário internacional que atingiu diretamente a economia nacional, inviabilizando o modelo de financiamento que o governo vinha adotando até o início dos anos 80, o governo foi obrigado a promover ajustes internos de forma a se adaptar ao aperto de liquidez imposto pelo cenário externo. Neste contexto, os bancos estaduais tiveram importante papel na tentativa de organizar as finanças dos estados.

1.4 METODOLOGIA

Este trabalho buscou provar que os bancos estaduais tendo seus problemas de endividamento acumulado por décadas, uma vez resolvidos, podem continuar a promover desenvolvimento regional. Para isso, a primeira parte do trabalho contextualiza a situação brasileira mostrando que o endividamento externo nacional foi uma opção de crescimento. Para isso, faz uma descrição histórica da década de 60 à década de 90, mostrando as oscilações que ocorreram no mundo e as reações do Brasil diante dessas oscilações.

A segunda parte explica a formação do Sistema Financeiro Nacional atual. Quais os motivos que levaram a ser idealizado no modelo atual, como ele deveria funcionar e como, na realidade, funciona.

A terceira parte fala dos bancos estaduais. Explica sua deterioração diante da adoção de diferentes políticas econômicas, em fases distintas da história. Para isso, vai comentar o déficit estadual e a importância desses bancos como provedores de recursos para os governos estaduais, bem como a necessidade do governo federal, de reduzir esse déficit e limitar a capacidade de endividamento dos estados. Por fim vai buscar mostrar a viabilidade de manter esses bancos como agentes de desenvolvimento. Isso é feito através de comparações entre importantes indicadores do setor bancário, extraídos do Banco Central. A comparação se dá entre os bancos saneados pelo governo federal com grandes bancos privados e um banco estadual, que não recebeu ajuda federal. O período utilizado para a comparação compreendeu o ano de 1994, momento de estabilidade econômica e de maior dificuldade para as instituições financeiras, e o período de 2000 a 2006, quando os bancos já respondiam ajuda federal e as medidas de reestruturação exigidas em contrapartida a essa ajuda.

2 A MONTAGEM DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO

Esse capítulo comenta as mudanças do Sistema Financeiro Brasileiro na tentativa de tornar o investimento de longo prazo tão dependente do Setor Público. Explica a intenção das mudanças, o porque de dessas mudanças não terem atingido os resultados esperados e as conseqüências deste processo para os bancos estaduais.

O plano de estabilização implantado em 1964 instituiu uma série de transformações estruturais fundamentadas principalmente na centralização do poder político e econômico e nas reformas bancária e tributária.

Antes, o Sistema Financeiro Brasileiro era constituído praticamente de bancos comerciais privados, bancos públicos e caixas econômicas estaduais e federais. Os bancos comerciais privados atuavam no fornecimento de crédito no curto prazo, atendendo a necessidade de capital de giro das empresas. As caixas econômicas cuidavam do crédito imobiliário. O financiamento no longo prazo era fornecido exclusivamente pelos bancos públicos, em particular o Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDE. Outras instituições como financeiras, cooperativas de crédito e Bolsa de valores, apesar de existirem, operavam a margem do sistema financeiro.

A carência de instituições privadas na concessão do crédito de longo prazo, ficou evidenciada no Governo de Juscelino Kubstcheck, no período de 56 a 61, quando o Plano de Metas teve que ser praticamente financiado pelo setor público.

A estrutura de financiamento vigente antes das reforma refletia dois lados de uma mesma moeda: o baixo grau de desenvolvimento e diversificação do SFB e as dificuldades de captação de poupanças a longo prazo por parte das instituições financeiras privadas e públicas. Essas condições determinavam, em primeiro lugar, que a provisão de financiamento a longo prazo ficasse a cargo de instituições públicas que tinham acesso a recursos orçamentários, muitas vezes oriundos da própria emissão de moeda; em segundo lugar, que a emissão de moeda se tornasse uma fonte de financiamento inflacionária, na medida em que recursos novos criados pelo governo não retornavam ao sistema sob a forma de poupança financeira, mas sim de depósitos à vista (disponíveis para gasto imediato) (HERMANN, 1998, Pág. 36)

Nesse contexto, a fim de tornar o investimento de longo prazo menos dependente de ações do setor público e possibilitar investimentos não inflacionários, foram elaboradas as reformas financeiras e tributárias.

As reformas tinham o objetivo de regular e incrementar a participação das instituições privadas na oferta de crédito no longo prazo, quebrando assim, a dependência de investimento do setor público como a principal forma de crescimento do país.

Em 1965, essas reformas formaram a base do sistema financeiro nacional, a partir da criação do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional.

Após a reestruturação a nova composição do sistema pode ser vista no quadro abaixo:

QUADRO 1 – O SFB APÓS AS REFORMAS DE 1964-66
TIPO DE INSTITUIÇÃO

TIPO DE INSTITUIÇÃO	ÁREA DE ATUAÇÃO
Conselho Monetário Nacional (CMN)	Criado em 1964, em substituição à Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), com funções normativa e reguladora do sistema financeiro.
Banco Central do Brasil (BACEN)	Criado em 1964, executor das políticas monetária e financeira do governo.
Banco do Brasil (BB)	Atuando com banco comercial e agente financeiro do governo, especialmente na administração de linhas de crédito especiais, de médio e longo prazo para a agricultura.
Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE)	Criado em 1952; atuava no financiamento seletivo de longo prazo para áreas consideradas prioritárias, em termos mais favoráveis que os de mercado.
Bancos de Desenvolvimento Regionais e Estaduais	Atuação semelhante ao BNDE.
Sistema Financeiro de Habitação (SFH)	Criado em 1964, tendo o Banco Nacional de Habitação (BNH) como instituição central, e composto ainda pela Caixa Econômica Federal (CEF), Caixas Econômicas Estaduais (CE), Sociedades de Crédito Imobiliário (SCI), e Associações de Poupança e Empréstimo (APE).
Bancos Comerciais (BCO)	Atuando no segmento de curto e médio prazo do mercado de crédito (basicamente para capital de giro das empresas).
Bancos de Investimento (BI)	Atuando no segmento privado de crédito a longo prazo e no mercado primário de ações (operações de <i>underwriting</i>).
Financeiras - Soc. de crédito, financ. e invest. (SCFI)	Classificadas como instituições não-bancárias e voltadas para o financiamento direto ao consumidor (de curto e médio prazo).
Corret. E Distrib. de Valores (CVD)	Atuando nos mercados primário e secundário de ações.

Fonte HERMANN (1998, pág. 37)

O sistema financeiro foi dividido em financeiras, responsáveis pelo financiamento de bens de consumo duráveis, em bancos comerciais e bancos de investimento. Promoveu um extraordinário avanço na construção habitacional e do saneamento básico a partir da criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do Banco Nacional de Habitação (BNH), que utilizam recursos da poupança e do recém implantado Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Criou também as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), instituindo assim a correção monetária, o que permitiu que a economia convivesse tanto tempo com as taxas de inflação extremamente altas. (REGO & MARQUES, 2005).

Também estava entre os objetivos do plano, o financiamento de déficit público através da colocação de títulos públicos e não mais via emissão de moeda, além da criação de um mercado de capitais forte como forma de captação de recursos para estimular o investimento público e privado.

O intuito da reforma era sustentar o crescimento econômico e o desenvolvimento do país de forma não inflacionária. Se por um lado ampliava a abertura da economia ao capital externo, via investimento direto e principalmente empréstimo, por outro buscava criar um segmento de financiamento privado efetivo capaz de sustentar o processo de industrialização.

Porém na prática, os bancos de investimento privados não cumpriram o papel esperado, ficando o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) como o principal supridor de recursos para a economia brasileira, frustrando assim a idéia inicial. Segundo HERMANN (1998), a grande concentração do setor financeiro, com preponderância dos bancos comerciais, fez com que esses bancos fossem responsáveis por grande parte das instituições criadas nesta época, ou mesmo que viessem a incorporá-las em um segundo momento. Aliado a isso, as seguidas flexibilizações na legislação possibilitou que os bancos de investimentos atuassem no curto prazo.

...a fonte básica de captação dos bancos de investimento seria a emissão de títulos de prazo superior a um ano, com correção monetária, no mercado interno, e junto a bancos estrangeiros. Mas, como as emissões domésticas se mostraram difíceis, as autoridades monetárias acabaram cedendo às pressões dos bancos de investimento para que pudessem emitir títulos mais curtos. Ao encurtamento de prazo médio do passivo dos bancos de investimento correspondeu, naturalmente, igual tendência do lado do ativo "...” Esses bancos de investimento passaram, então, a atuar no mesmo segmento de mercado das financeiras (de curto e médio prazos), desfrutando de iguais condições de captação no mercado interno, mas contando ainda com a vantagem da captação externa (mais barata que a doméstica). (STUDART, 2005, pág 341)

A remodelagem do sistema financeiro nacional ocorrida em 64-66, além do combate à inflação, buscava promover o desenvolvimento do país impulsionado por um mercado de capitais forte e um sistema financeiro com variadas opções de financiamento. Apoiado pela correção monetária, e por um modelo de financiamento de longo prazo montado a partir de fundos compulsórios de poupança e pela política de minidesvalorização da moeda nacional para viabilizar captação externas, fortaleceram o sistema financeiro nacional.

As taxas de juros positivas reduziram o desequilíbrio entre a oferta e a demanda de haveres financeiros. “As poupanças aplicadas em investimentos de baixa produtividade e/ou em “mercados paralelos” de crédito foram atraídas ao sistema financeiro, aumentando o volume de recursos disponíveis para o sistema” (COSTA NETO, 2004, pág.107)

Segundo COSTA NETO, nesse período foi crescente a participação dos bancos oficiais na oferta de crédito. De uma participação de 62,59% em 1968, evoluiu para 63,39% em 1970, tendo um decréscimo para 59,73% em 1973 e atingindo 66,05% em 1975. No mesmo período os bancos estaduais tiveram evolução em sua participação registrando 14,39%, 16,83%, 18,26% e 17,5% no total dos empréstimos bancários realizados no país.

Diante desses números, é possível concluir que as políticas adotadas para aumentar o financiamento de longo prazo necessário para o desenvolvimento do parque industrial nacional, proposto principalmente no II PND, em conjunto com a necessidade de diversificar o investimento regional propiciaram o crescimento dos bancos estaduais, tanto no que diz respeito à participação e importância, como a estrutura necessária para seu funcionamento.

A mudança nas condições financeiras internacionais em 1980 impactou as formas de financiamento dos bancos estaduais. Manter a estrutura existente só seria possível mediante aportes de recursos federais ou estaduais. Diante das dificuldades em que o país e conseqüentemente os estados atravessavam, esses aportes eram inviáveis, o que levou os bancos estaduais a entrarem na década de 80 enfrentando uma profunda crise financeira e de identidade.

3 OS BANCOS ESTADUAIS

Este capítulo vai comentar a necessidade de controlar os déficits estaduais para que o governo conseguisse equilibrar suas contas. Vai comentar o agravamento da crise dos estados e conseqüentemente de seus bancos, bem como as tentativas do governo federal de reduzir a capacidade de endividamento dos estados. Por fim, vai detalhar o Proes e fazer uma comparação do comportamento dos bancos estaduais antes e depois do programa.

3.1 OS BANCOS ESTADUAIS E A CRISE ECONÔMICA

O período que envolveu a década de 80, e só terminou em 1994, foi caracterizado pela instabilidade econômica e tentativa de redução do déficit fiscal, para ajustar a economia nacional a um novo modelo, devido à dificuldade de obtenção do crédito externo. Houve uma colisão entre os interesses do governo federal e os governos estaduais, tanto em relação aos repasses federais como ao endividamento dos estados. O governo federal tentava aplicar um controle rígido no endividamento dos estados, porém esses pressionavam o governo federal obrigando-o a relaxar este controle em alguns momentos, já que os estados tinham necessidade de endividamento, devido à fragilidade de suas contas públicas. Neste contexto os bancos estaduais foram importantes instrumentos de ajustes, existindo momentos em que foram usados pelos governos estaduais para cobrir reduções nos repasses do governo federal, e momentos em que o governo federal promoveu mudanças nas leis e normas para tornar os bancos estaduais menos vulneráveis ao saques e interesses dos governos estaduais.

Segundo GUTIÉRREZ (2006), a época de instabilidade econômica que atravessou a década de 80 e permaneceu até 1994, quando a inflação foi finalmente controlada, pode ser dividida em três períodos. O primeiro de 1980 a 1984, quando a economia foi conduzida para se adaptar as novas condições externas. O segundo de 1985 a 1989, onde foram tentados vários planos econômicos para o controle da inflação. E o terceiro de 1990 a 1993, onde foram editados novos planos e tentativas de controle inflacionário sobre a condução do governo Collor.

80-84

No primeiro período, que abrange os primeiros anos da década de 80, na contramão do discurso de contenção de crédito de Delfim Neto, então Ministro do Planejamento, os estados conseguiram manter e contratar novas operações de crédito. Segundo GUTIÉRREZ (2006), os bancos privados expandiram seu crédito em 8,9% em 81 e 159,7% em 82. Nos mesmos anos, também houve expansão na concessão de crédito das instituições públicas na ordem de 20,4% e 40%. O desencontro entre as ações dos governos estaduais e a política recessiva do governo federal é justificado pelas eleições de 1982,

Em 1982 ocorreram as primeiras eleições estaduais após o regime militar. Esse fato permitiu que os estados, além de prorrogar dívidas antigas, fizessem novas contratações, indo no sentido contrário ao estabelecido pela política econômica vigente. O relaxamento no controle de endividamento estadual se justifica pela necessidade do governo militar se legitimar no processo eleitoral. Após as eleições, sob forte pressão do FMI, o governo federal retoma seu foco no controle do endividamento público e estabelece medidas de contenção no crédito dos estados.

A dívida externa do País, em 31.12.82, atingiu a cifra de US\$ 85,3 bilhões, sendo US\$ 70,2 bilhões em obrigações de médio e longo prazo, e US\$ 15,1 bilhões com vencimento em menos de um ano. Essa situação fez com que em janeiro de 83, o Brasil recorresse ao auxílio do FMI. (BAER, 1993, pág. 86)

Segundo GUTIÉRREZ (2006, pág. 15), o acordo com o FMI em 1983 previa uma redução do déficit público, então correspondente a 6,2% do PIB para 3% no final de 1983, além de também reduzir o déficit em conta corrente para US\$ 6,9 bilhões. O ajuste no déficit público passava pelo ajustes das contas estaduais. Para controlar o endividamento público foram impostos limites de expansão de crédito junto às instituições financeiras e de arrendamento mercantil

Diante dessas limitações a novos créditos, os estados viram-se obrigados a buscar o equilíbrio fiscal a partir do corte de despesas e investimentos. Devido à crise passou a ser comum o atraso de pagamentos de empréstimos, principalmente concentrados nos bancos estaduais, a fornecedores e prestadores de serviços. Isso fez com que houvesse pressões de políticos e empresários prejudicados com os atrasos de pagamento para que o governo federal amenizasse as medidas de controle. Em alguns momentos o governo federal viu-se obrigado a

ceder a essas pressões. Esse embate entre a rigidez e o relaxamento das medidas de controle fiscal durou toda a década.

A partir de 1984 a economia dá sinais de recuperação. A recuperação do comércio mundial durante o ano de 83 permite ao Brasil aumentar suas exportações, fechando o ano com um saldo comercial superavitário de U\$ 13,1 bilhões. (BAER, 1993, pág.89) . Isso permite as medidas de restrição ao financiamento dos estados sejam abrandadas, permitindo um alívio nas contas dos estados, porém ainda tendo seus endividamentos controlados.

Internamente, a excelente performance da balança comercial também teve conseqüências positivas. A expansão das exportações, liderada pelos produtos manufaturados, permitiu a retomada do crescimento da indústria de transformação e passou a ter efeitos estimulantes sobre a demanda interna. Estes efeitos foram reforçados pela impossibilidade do governo de realizar a política monetária restritiva com a qual se comprometera junto ao FMI. Ou seja, é importante ressaltar que a própria performance da balança comercial e seu efeito de expansão monetária interna (que não se conseguiu neutralizar) impediram que se cumprisse à risca o programa de ajuste interno de natureza recessiva. (BAER, 1993, pág. 89)

Segundo GUTIÉRREZ (2006), as medidas adotadas no período de 1980 a 1984 não trataram o centro do problema de endividamento dos estados, já que suas dívidas permaneceram altas e as condições de prazo e forma de pagamento permaneceram inalteradas, servindo apenas para frear o ritmo acelerado de crescimento que vinha acontecendo através de uma forma melhor de administração. Dessa forma começa a ficar evidente a crise nas instituições financeiras estaduais, o que leva o governo federal a realizar a primeira tentativa de recuperar essas instituições através da implementação, em 20.07.83, do Programa de Apoio Creditício – PAC.

O programa permitia a renegociação das dívidas das instituições financeiras estaduais junto ao Banco Central e ao Banco do Brasil, com prazo de quatro anos, com dois anos de carência, juros de 3% a.a. e aplicação de apenas 70% da correção monetária. O PAC também permitiu que os bancos estaduais se financiassem através da emissão de Certificados de Depósitos, sem juros e com 20% de correção monetária, compulsórios aos bancos privados.

No entanto, os recursos levantados com o programa não foram suficientes para sanear totalmente os bancos estaduais.

85-88

O ano de 1985 é marcado pelo começo de um novo ciclo político, conhecido como Nova República. Com a posse de José Sarney como Presidente da República, Francisco Dornelles é nomeado Ministro da Fazenda e busca concluir a negociação externa, iniciada e não concluída no governo anterior.

O crescimento econômico permitiu maiores investimentos por parte dos estados por três fatores:

- Aumento da receita tributária;
- Aumento no repasse dos recursos federais; e
- Melhora nas condições de captação de recursos, devido a redução das taxas de juros externas.

Além disso, os estados ainda foram beneficiados pelas Resoluções n. 1.010 de 2 de maio de 1985 e n. 1.012, de 14 de maio de 1985:

Aproveitando o momento político, os governadores conseguiram flexibilizar ainda sob a gestão do Ministro Dornelles, os limites e ampliar seus gastos, através da alteração nas regras da Resolução nº. 991, com a rolagem integral da dívida não paga em 1984, ou seja, o principal e juros, e do principal a vencer em 1985. Foi autorizada, também, a realização de empréstimos com recursos do BNH, Finame e BNDES e, principalmente, receberam autorização para realizar operações de antecipação de receita orçamentária (ARO). (GUTIÉRREZ, 2006, pág. 18)

Francisco Dornelles conduziu a economia, no primeiro momento da Nova República, adotando medidas ortodoxas, como restrição monetária e controle do endividamento público. Entrou em choque com outra corrente econômica do governo, adepta da linha de pensamento desenvolvimentista-Keynesiano. Devido ao desgaste político que o então ministro vinha sofrendo, causado pelas medidas econômicas adotadas, essa segunda corrente venceu o embate e em agosto de 85, Dilson Funaro passa a exercer o cargo de Ministro da Fazenda.

Em 1986, já com a nova equipe econômica empossada, o governo lança o Plano Cruzado. O objetivo principal do plano é o controle da inflação. Entre as principais medidas estão:

- A troca da moeda de cruzeiro para cruzado, cortando três dígitos de sua unidade – CZ\$ 1,00 = CR\$ 1.000,00;
- A suspensão da correção monetária;
- O congelamento de preços pelo prazo de um ano;
- Unificação das datas dos dissídios coletivos; e
- Adoção do gatilho salarial.

Inicialmente o Plano Cruzado.¹ obteve sucesso contendo a inflação e gerando um aumento real do salário. O governo ganha força política e aceitação da sociedade. No ano de 1985 ocorrem eleições estaduais e o partido do Presidente da República recebe expressiva votação conseguindo eleger governadores nos principais estados do Brasil. Porém essa vitória política teve seu preço, já que medidas do plano, que deveriam ter uma duração curta, foram esticadas, comprometendo os objetivos finais do plano.

Ao término das eleições, diante da necessidade de retomar o controle fiscal, foi anunciado um pacote fiscal através da Resolução 1.211, de 24.11.1986, definindo limites para renovação do principal das dívidas com vencimento posterior a janeiro de 87 e a proibição de créditos para o setor público. Com exceção de operações lastreadas em duplicatas de vendas mercantil, de exportação e Aros. (GUTIÉRREZ, 2006, pág. 19).

O Plano Cruzado teve seu fim decretado em fevereiro de 1987, quando os preços foram liberados. Apesar do sucesso inicial o plano fracassou, piorando as contas externas a ponto de que o país decretasse ainda em fevereiro de 87, moratória dos juros externos, ocasionando, poucos meses depois, a substituição da equipe econômica.

Em abril de 1987 Bresser Pereira assume o Ministério da Fazenda, em um momento em que o governo federal adota uma série de medidas para socorrer os estados, devido a dimensão da crise estadual. Entre essas medidas, através da Resolução nº. 1.309, de 23.04.87 e da Lei n. 7.614, de 14 de abril de 1987, o governo federal renegociou os valores contratados e assumiu parte da dívida dos estados e das estatais, mudando assim o perfil da dívida dos estados.

Em junho de 87 é lançado um novo plano de estabilização, O Plano Bresser. O plano buscava um choque deflacionário na economia com medidas heterodoxas e ortodoxas e trazia a experiência adquirida com os erros do Plano Cruzado.

¹ Para saber mais sobre os Planos Cruzado e Bresser e Verão consultar Castro (2005).

Um dos pilares do Plano Bresser era o controle do déficit público, e as medidas para socorrer os estados constituíam um obstáculo nesse controle. As Resoluções nº. 1.389, de 27 de agosto de 1997 e nº. 1.399, de 29 de setembro de 1987, buscaram retomar o controle sobre o endividamento dos estados junto as instituições financeiras públicas, mas o momento político não permite uma maior rigidez nesse controle.

Porém as medidas logo foram relaxadas pelo governo, com a abertura de brechas para a contratação de operações de crédito antes proibidas, demonstrando o grau de conflito existente entre a área econômica com os compromissos políticos do governo Sarney e das demandas dos governos estaduais na busca da recomposição de suas finanças. (GUTIÉRREZ, 2006, pág. 19)

O insucesso na tentativa de controlar a inflação, leva Bresser Pereira a pedir demissão sendo substituído, em dezembro de 87, por Maílson da Nóbrega.

Maílson da Nóbrega propõe a volta de uma política econômica ortodoxa para combater a inflação e a redução do déficit público de forma gradual. A proposta ficou conhecida como a “política do feijão com arroz”, e o insucesso dessas medidas levou a decretação do Plano Verão em janeiro de 89.

Na gestão de Maílson da Nóbrega, os conflitos da gestão anterior, entre os objetivos do governo federal e os interesses dos governos estaduais se arrastaram por todo seu mandato, evidenciando a falta de força política do governo federal para resolver o problema fiscal dos governos estaduais.

Durante o seu mandato, acontecia a elaboração do texto da Constituição Federal de 1988. Um dos pontos debatidos dizia respeito a forma de amenizar a concentração tributária no governo federal, herdada da época dos governos militares. Isso foi feito através da descentralização fiscal. Segundo GUTIÉRREZ (2006), essa descentralização teve efeito maior nos pequenos estados. O governo federal compensou a redução de sua receita aumentando tributos sem repasses para os estados e municípios. Logo a solução, apesar de aumentar a arrecadação dos estados, não resolveu seus problemas fiscais, já que a Constituição não tratou do problema principal, o endividamento estadual.

Como os estados não conseguiam pagar seus compromissos, em 89 a Lei n. 7.976/89, de 27 de dezembro de 1989, refinancia as dívidas estaduais através do Banco do Brasil, pelo prazo de vinte anos, com cinco de carência. Ao mesmo tempo, refinancia também, as dívidas em atraso contratadas pela Lei n. 7.614/87, que já era uma renegociação das dívidas estaduais ocorrida em julho de 87, aumentando assim o volume da dívida estadual junto à União.

Porém, segundo GUTIÉRREZ (2006), essas ajudas por parte do governo federal, ocorreram sempre quando as situações financeira dos estados já estavam em uma situação de deterioração avançada, servindo apenas para aliviar o momento, já que o cenário inflacionário em conjunto com os desequilíbrios na administração e órgãos estaduais, centro principal do problema, não era resolvido.

Dessa forma, o período da Nova República chega ao fim com total descrédito da população, devido aos sucessivos planos fracassados, descontrole inflacionário, e com a situação de crise dos estados ainda mais agravada.

O plano verão também sob o comando de Maílson da Nóbrega, de caráter híbrido – elementos heterodoxos e ortodoxos – novamente fracassou em seus propósitos, inclusive na busca do ajuste fiscal, chegando ao fim da década e do primeiro governo civil após os militares com resultados pífios em relação ao crescimento econômico e em um ambiente de desordem político-social com o descontrole inflacionário, nova suspensão do pagamento da dívida externa – setembro de 1989 – e aceleração da crise fiscal dos estados. (GUTIÉRREZ, 2006, pág. 21)

90-93

Em 15 de março de 1990, toma posse Fernando Collor como Presidente da República. No primeiro dia de mandato lança o Plano Collor, que consiste em novo congelamento de preços de bens e serviços e na reintrodução do cruzeiro como padrão monetário. O plano conseguiu reduzir a inflação no primeiro momento, baixando de 80% ao mês para 10% nos meses seguintes, porém, com a volta da inflação, em fevereiro de 2001, o governo lança o Plano Collor II. Neste plano o controle da inflação se daria através do corte nos gastos nas administrações públicas, no corte de despesas e na modernização do parque industrial. O plano Collor II não resistiu à série de escândalos que culminou no *impeachment* de Collor de Melo, já que qualquer medida de política econômica ficava comprometida devido a falta de credibilidade da população. (CASTRO, 2005, Pág. 150).

Segundo GUTIÉRREZ (2006), no governo Collor ficou evidente a necessidade de se renegociar as dívidas extra limite com os órgãos federais. Apesar de iniciar as negociações nesse governo, só em 93, quando Itamar Franco já havia assumido a presidência, é que elas foram concluídas. A Lei nº. 8.727/93 normatizou o refinanciamento dos saldos devedores das dívidas dos estados e municípios junto às instituições federais, ao mesmo tempo em que a emenda nº. 3/93 proibia a emissão de novos títulos mobiliários pelos estados, até o ano de

1999. Mesmo sem novas emissões, as dívidas mobiliárias dos estados continuaram a crescer, já que o principal e os juros sofriam correção.

Assim, os ajustes realizados durante parte da década de 1980 e 1990 ajudaram a alongar parcialmente a dívida estadual, reduzindo seu impacto sobre as receitas estaduais, mas não conseguiram equilibrar as finanças estaduais, que continuaram a se financiar através da rolagem das dívidas mobiliárias que cresciam rapidamente. Esta situação só terá solução com a renegociação total das dívidas estaduais em 1988, quando se estabeleceu o acordo entre governos federal e estaduais para a rolagem do conjunto do estoque da dívida estadual e impuseram-se limites ao endividamento estadual. (GUTIÉRREZ, 2006, pág. 22)

Após o sucesso inicial do Plano Real, o governo consegue conter a inflação e consequentemente estabilizar os preços. Ganha com isso força política para por em prática seu projeto de caráter liberal, a exemplo do que vinha ocorrendo em outros países da América Latina, comprometidos com as medidas propostas no que ficou conhecido como Consenso de Washington. Entre essas medidas de fundo liberal estava prevista a abertura da economia, com aumento da participação do capital privado, através de concessões e privatizações.

Apesar do bom momento da economia nacional, os estados encontravam-se com suas finanças em total desequilíbrio.

A situação econômica dessas unidades se agravou tanto pelo lado fiscal como em decorrência da política monetária. Sob o primeiro aspecto, houve um incremento da guerra fiscal assim como das isenções tributárias ao abrigo da Lei Kandir. Sob o segundo, a manutenção da política monetária ativa de juros reais altos resultou em dificuldades para conseguirem cobrir gastos correntes, em particular a folha de pagamento, não tendo condições políticas de se contrapor à estratégia federal de ajuste das contas públicas e de reforma patrimonial do estado. (GUTIÉRREZ, 2006, pág. 40)

Neste contexto, com a crise dos estados piorando no sentido contrário ao da economia nacional, o governo federal, fortalecido politicamente, propôs aos governos estaduais a renegociação de suas dívidas porém em troca buscariam seus ajustes fiscais e adotariam um amplo processo de privatização, indo ao encontro dos interesses federais.

O processo de renegociação da dívida, no entanto, não se limitou a promover o ajuste da relação entre fluxo e estoque das dívidas com a capacidade de pagamento estadual. O outro eixo do programa vinculou ajuste fiscal e reforma patrimonial, assumindo o caráter de indutor de transformação do papel do Estado e das formas de articulação inter e intragovernamentais, através da privatização das empresas e dos bancos estaduais. Essa alteração na estrutura do setor público, aliada ao corte

dos repasses fiscais e do crédito das agências oficiais federais, restringiram as formas de cooperação entre as esferas de governo e retiraram dos governadores o domínio de fontes potenciais de financiamento e de gastos, isto é, eliminou os possíveis focos de expansão e de descontrole das contas públicas e deixou os estados presos à potencialidade do orçamento fiscal. (LOPREATO, 2006, pág. 5)

A primeira iniciativa em direção a renegociação das dívidas dos estados foi o Plano de Ajuste Fiscal e Reestruturação do Estado, aprovado em 1995. O plano consistia em disponibilizar uma linha de crédito via CEF que permitia refinar os débitos em atraso junto a União, programas de ajustes em quadro de pessoal e a conversão em dívidas de operações ARO – Antecipação de Receita Orçamentária, desde que contratadas até o final de 1995. Em contrapartida os estados passariam a ser acompanhados pelo governo federal tendo metas fiscais e financeiras e o compromisso de realizar concessões e privatizações à iniciativa privada bem como por em prática medidas de controle de pessoal.

O plano não obteve a resposta esperada levando o governo federal a editar, em dezembro de 1996, medida provisória instituindo o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados. Este novo programa dava poderes ao governo federal para renegociar dívidas dos estados. O programa previa unificar as dívidas dos estados contraídas junto a CEF e aos bancos estaduais e renegociar o total caso a caso. O objetivo central era reduzir a relação da dívida financeira total pela receita líquida real, respeitando assim as especificidades de cada estado.

A renegociação da dívida os estados estava condicionada ao compromisso, por parte dos governos estaduais, de um rigoroso ajuste fiscal, de forma a reduzir a necessidade de novos financiamentos do setor público estadual, e na aplicação de uma reforma patrimonial retirando dos estados quaisquer meios de expansão do gasto fiscal acima de sua capacidade de pagamento. Segundo GUTIÉRREZ (2006), o programa tinha dois objetivos centrais. O primeiro de reduzir os meios de endividamento dos governos estaduais e o segundo de aumentar a participação do capital privado através da retirada do estado de algumas áreas de atuação, ficando assim em consonância com a linha ideológica seguida pelo governo federal. Na renegociação o governo federal assumiu R\$ 101,9 bilhões de dívidas estaduais. Total equivalente a 77,9% do total da dívida líquida dos estados e municípios.

A União assumiu R\$ 101,9 bilhões de dívidas estaduais, sendo R\$ 77,5 bilhões refinanciados pelo prazo máximo de 30 anos, a uma taxa real mínima de 6% a.a., R\$ 11,4 bilhões a amortizar com receitas de privatizações estaduais e R\$ 13 bilhões referentes à diferença de encargos pela rolagem das dívidas entre a data de corte e a data de assinatura dos contratos (valores expressos em reais constantes em 1998). O montante assumido pela União (R\$ 101,9 bilhões) equivale a 11,3% do PIB e a

77,9% da dívida líquida dos estados e municípios em dezembro de 1998. (RIGOLON & GIAMBIAGI, 1999, pág. 20)

Para chegar ao valor da parcela a ser amortizada com as receitas provenientes de privatizações foi criada uma conta gráfica onde foram registrados os ativos oferecidos para o programa de privatização. Esses ativos receberam avaliação provisória e após realização dos leilões de privatizações, que tinham prazo limite de realização em 30.11.1999, o valor definitivo seria lançado e o saldo final apurado. No caso de saldo negativo os estados seriam chamados para honrar a diferença. Segundo GUTIÉRREZ (2006), esses ativos atingiram o montante de R\$ 9,8 bilhões.

Na apuração do saldo da conta gráfica, se ocorresse deficiência de saldo na data limite, o valor remanescente seria multiplicado por cinco e refinanciado pelo custo médio de captação de títulos públicos federais, como forma de punição ao descumprimento do acordo. (GUTIÉRREZ, 2006, pág. 38)

A meta do programa era fazer com que a relação Dívida/Receita Líquida Real anual atingisse o valor de 1. Ou seja, o total das dívidas do estado poderiam ser cobertas por sua receita anual, e só a partir desse momento, esses poderiam emitir novos títulos da dívida mobiliária estadual. Para o atingimento desta meta, na renegociação foram respeitados limites de comprometimento da Receita Líquida Real, variando entre 6,79% a 15%. A parcela de amortização que extrapolasse esse limite seriam refinanciados em um prazo complementar de dez anos.

O programa de reestruturação aliado a implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal², que impõe regras de ordem fiscal aos estados e responsabiliza penal e economicamente os governantes que não as cumprirem, conseguiram impor limites aos endividamentos estaduais. O governo federal atingiu seu objetivo de alinhar os estados em seu projeto político macroeconômico, ou seja, as situações fiscais dos estados deixaram de ser uma ameaça ao cumprimento das metas fiscais no âmbito federal. Porém para os estados, se por um lado foi possível conter o crescimento de suas dívidas mobiliárias, por outro obrigou a se adaptarem ao novo cenário, sendo obrigados a modificarem suas estruturas de gastos, prejudicando investimentos, piorando os serviços de sua atribuição e cortando gastos com o funcionalismo.

² A Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar 101, foi criada durante o governo Fernando Henrique e passou a vigorar em 04.05.2000. Proíbe que estados e municípios assumam dividas acima de suas arrecadações com tributos.

Diante do agravamento da crise dos bancos estaduais, pois como importantes credores dos estados foram atingidos no atraso e inadimplência das dívidas, o governo federal cria o RAET – Regime de Administração Especial Temporária, através do Decreto-Lei n.2.321, em 25 de fevereiro de 1987, que o autorizava a assumir a administração de instituições financeiras, tanto públicas quanto privadas, nas seguintes situações:

- a) Prática reiterada de operações contrárias às diretrizes de política econômica ou financeira traçadas em lei federal;
- b) Existência de passivo a descoberto;
- c) Descumprimento de normas referentes à conta de Reservas Bancárias mantida no Banco Central do Brasil;
- d) Gestão temerária ou fraudulenta de seus administradores; e
- e) Ocorrência de qualquer das situações descritas no artigo 2º da Lei n. 6.024, de 13 de março de 1974.

Esse regime de administração difere de uma liquidação, pois permite que a instituição que venha a ser incluído neste processo continue a operar normalmente.

QUADRO 2 – INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS INCLUÍDAS NO RAET/ LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Regimes especiais - 1987-2001				
Instituição	Raet		Liquidação extrajudicial	
	decretação	Término	decretação	Término
Banerj	26/12/1987	27/2/1989	30/12/1996	
BEM	26/12/1987	22/9/1988		
Besc	26/12/1987	27/2/1989		
Badesc	26/12/1987	27/2/1989		
BEC	26/12/1987	30/12/1988		
BDRIO	26/12/1987	16/8/1988	16/8/1988	28/12/1988
Bemat	26/12/1987	27/2/1986		
	2/2/1995	28/1/1998	28/1/1998	2/6/1999
Baneb	18/3/1987	17/3/1989		
Minascaixa	15/5/1987	15/5/1989	15/3/1991	24/8/1998
Credireal	15/5/1987	15/5/1989		
Banpará	29/5/1987	29/5/1989		
Produban			16/11/1988	5/9/1989
	5/9/1989	4/9/1991		
	23/1/1995	22/7/1997	22/7/1997	
BEP	7/6/1989	10/10/1990	9/4/1991	27/1/1994
Banacre	7/6/1989	31/7/1990		
Badesul			7/3/1989	14/3/1990
	14/3/1990	31/1/1992		
Bandern			20/9/1990	20/1/2000
Caixego			20/9/1990	21/10/1997
Paraiban			20/9/1990	18/3/1994
Badep			5/2/1991	8/8/1994
Bandepe	27/9/1991	17/3/1992		
Banespa	30/12/1994	26/12/1997		
BDRN			30/12/1994	20/1/2000
Beron	20/2/1995	14/8/1998		
Banap			3/9/1997	28/7/1999

Fonte: SALVIANO JUNIOR (2004, pág.59)

O quadro mostra que grande parte dos bancos estaduais, em algum momento esteve em uma das duas situações. Mostra também que as instituições passaram do RAET para liquidação extrajudicial e outras, apenas pelas medidas adotadas no RAET, voltaram a funcionar normalmente sem a necessidade de liquidação.

Em 30.12.94, os bancos do estado do Rio de Janeiro, o Banerj e do estado de São Paulo, o Banespa são incluídos no RAET. Segundo SALVIANO JUNIOR, a data da inclusão dos bancos no programa, o último dia do exercício do mandato dos governadores do Rio de Janeiro, Leonel Brizola e de São Paulo, Luiz Antonio Fleury, foi uma estratégia do governo federal já que, por estarem em fim de mandato, não tinham forças suficientes para evitarem a

ação. Ao mesmo tempo em que os futuros governadores do Rio de Janeiro e São Paulo, Marcelo Alencar e Mario Covas não receberiam o desgaste político da medida.

Após a inclusão dos dois maiores bancos estaduais no RAET era necessário definir o destino desses bancos.

No Rio de Janeiro, onde o governador era do mesmo partido do Presidente da República, Fernando Henrique, houve um acordo entre os governos federal e estadual e a opção foi pela privatização do banco do Rio de Janeiro, o Banerj.

Sendo tanto o estado como o Banco Central inexperientes na condução de processo de privatização e, considerando o risco de desvalorização da instituição, no caso de erros nesse processo, já que o ramo financeiro está estritamente ligado à confiança do usuário, houve um acordo entre os governos de contratar uma administração profissional para administrar o banco enquanto este estivesse no RAET. Através de licitação pública, essa administração foi entregue ao Bozano Simonsen.

Em São Paulo o governo federal teve maior dificuldade em negociar uma solução com o estado. O governador Mario Covas buscava uma renegociação da dívida estadual. Tentava que o controle do Banespa não saísse integralmente das mãos do estado e que, parte da dívida fosse refinanciada em 20 anos. Esse acordo não interessava ao governo federal. Porém, segundo SALVIANO JUNIOR, o estado de São Paulo tinha três grandes trunfos na negociação:

- O tamanho da dívida do estado junto à instituição e conseqüentemente o que isso representava no cenário nacional. Não seria possível o equilíbrio do déficit público nacional sem resolver o problema de São Paulo;
- A importância do Banespa no sistema financeiro e o desgaste de imagem que o Banco Central sofreria fazendo uma intervenção mal sucedida; e
- O governador de São Paulo também fazia parte do mesmo partido político do Presidente da República.

O primeiro protocolo de intenções, assinado em 96, mantinha o controle do Banespa nas mãos do estado. O governo federal refinanciaria metade de dívida de São Paulo e das empresas estatais com o banco cobrando juros de 6% aa. A outra metade seria paga com a Ferrovias Paulista S.A. – Fepasa, que passaria para as mãos do governo federal. O acordo encontrou dificuldade de aprovação no Senado Federal, já que houve movimento para que as

vantagens oferecidas para São Paulo fossem estendidas aos outros estados. A dificuldade de se chegar a um acordo no Senado e diante do agravamento da crise dos estados, juntamente com a necessidade de uma solução para o problema fiscal brasileiro, fez com que o governo estendesse as facilidades propostas a São Paulo aos outros estados, lançando assim o Proes.

A dificuldade de se chegar a uma solução de compromisso em São Paulo e a pressão do Congresso fizeram com que, paradoxalmente, o governo federal dobrasse sua aposta: em 7/8/1996, o Ministério da Fazenda anuncia a edição da Medida Provisória 1.514 criando o Proes – Programa de Incentivo a Redução da Presença do Estado na Atividade Bancária - e, grosso modo, estende o tratamento oferecido a São Paulo a todos os estados, com a particularidade de induzir explicitamente a opção dos governadores pela privatização. (SALVIANO JUNIOR, 2004, pág. 81)

3.2 O PROES

O fim do longo período inflacionário em 2004 criou um problema para as instituições financeiras, tanto as públicas com as privadas, já que essas instituições moldaram-se ao sistema e a inflação era uma das maiores fontes de receita para o sistema bancário. Sem esta fonte de receita os bancos foram obrigados a se adaptarem ao novo cenário com a estabilidade dos preços. Essa adaptação exigia que as instituições promovessem ajustes internos tais como, de estrutura, pessoal e tecnológico, compensando assim o fim dos ganhos com a inflação. Porém os bancos estaduais não tinham a mesma flexibilidade das instituições privadas, de forma que, sem auxílio do governo federal, seria muito difícil obter êxito em uma reforma estrutural.

Segundo GUTIÉRREZ (2006), os ajustes nos bancos privados e estatais passaram por três momentos diferentes. No primeiro houve uma redução na quantidade de bancos, essa redução ocorreu através das privatizações, fusões e liquidação. No segundo momento houve a abertura do sistema financeiro aos bancos estrangeiros e o começo da reestruturação do sistema financeiro público. E em um terceiro momento as grandes modificações no modelo operacional dos bancos.

Mesmo bancos privados, inclusive instituições de grande porte reconhecidas como empresas sólidas, tais como o Banco Nacional e o Econômico, com significativo peso no cenário financeiro nacional, não obtiveram êxito em se ajustarem apenas dentro das regras de mercado e, diante do novo contexto, passaram a demonstrar problemas de liquidez. Isso gerou a desconfiança do mercado nessas instituições consideradas até então modelos de solidez.

Um risco sistêmico, ou seja, a possibilidade de uma crise generalizada nas instituições financeiras, passou a ser uma realidade, obrigando o governo a intervir em favor dessas instituições através do Proer – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional.

O Proer, em linhas gerais, criou a linha especial de assistência financeira, lastreada na emissão de títulos públicos federais, que financiou a reestruturação das instituições bancárias privadas em dificuldades financeiras, para dessa forma, evitar que a crise desses bancos privados contaminasse o sistema financeiro. Ao mesmo tempo foi aprovada a Lei n°. 9.447 (1997) que deu ao Banco Central instrumentos importantes para intervir em crises bancárias (ou antes que fossem deflagradas). Essa lei estendeu a responsabilidade solidária aos controladores e outorgou poderes ao Banco Central de exigir medidas corretivas ou preventivas a crise de instituições financeiras, determinar a capitalização da instituição financeira, exigir o controle acionário ou, todavia, estabelecer a reorganização societária mediante incorporação, fusão ou cisão, entre outros atos importantes, como adesão ao Acordo de Basiléia. (GUTIÉRREZ, 2006, pág. 46)³

Os bancos estaduais por sua vez, que já se encontravam em crise antes do Plano Real e após o Plano tiveram sua situação agravada, viviam um momento de descrédito por parte do governo federal já que eram vistos como instituições ineficientes ao mesmo tempo em que constituíam um obstáculo no atingimento das metas fiscais. Essa circunstância levou a criação de um plano específico para os bancos estaduais.

O Proes – Programa de incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária, instituído pela medida provisória n°. 1514, foi criado com o intuito de reduzir a quantidade dos bancos oficiais sob a administração dos respectivos estados. “Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências.” (MP 1.514, de 07 agosto de 1996)

O programa permitiu duas possibilidades para os governos estaduais. A primeira possibilitava financiar o total das suas dívidas juntos aos bancos estaduais, porém abrindo mão do controle acionários do banco. Essa perda do controle se daria através de privatização, extinção, liquidação ou federalização. Na segunda opção, os estados fariam um aporte de capital no valor de 50% do total da dívida com seus bancos. Os 50% restantes seriam

³ O Acordo de Basiléia foi aprovado em 1988. Constitui um compromisso entre os Bancos Centrais dos países que compõem o denominado G10. Mais tarde, outros países aderiram ao acordo. O ponto principal do acordo é minimizar os riscos inerentes às atividades bancárias, obtendo assim maior garantia de solvência e liquidez do sistema bancário internacional. (Soares, pág. 26)

financiados pelo governo federal. Nessa opção o estado manteria do controle da instituição, porém, essa estaria saneada.

Escolhendo pela segunda opção os estados teriam suas dívidas junto ao governo federal amortizadas em até 30 anos, com correção de 6% a.a. mais a variação do IGP-DI, porém teriam que acatar as exigências do plano.

Se as instituições optassem pela opção de reestruturação teriam que se submeter a nova regra de administração dentro das exigências do Proes, onde deveriam realizar, entre outras alterações, a reestruturação administrativa das empresas, promovendo programas de demissão voluntária (PDV), reorientação de política de crédito e reestruturação operacional do setor de crédito, principalmente respeitando limites de operações entre controladores (estado) e controlado (banco). (GUTIÉRREZ, 2006, pág. 47).

Em resumo, segundo SALVIANO JUNIOR, o Proes permitia aos estados que aderissem ao programa os seguintes destinos para suas instituições financeiras:

- Extinção: caso as instituições já tivessem sido liquidadas extrajudicialmente, os recursos advindos do programa seriam utilizados para pagar os credores.
- Privatização: devendo seguir as normas e condições existentes para alienação de bens do setor público. As receitas obtidas com as privatizações deverão ser utilizadas pelos estados na amortização do financiamento federal;
- Transformação em instituição não financeira: Os bancos estaduais passariam a condição de agências de fomento. A resolução CMN 2.828, de 2001, previu a criação dessas agências. O que as difere dos bancos estaduais é a proibição de captarem recursos junto ao público e de se utilizarem do redesconto ou recorrerem a conta de reservas bancárias do Banco Central. Suas principais fontes de recurso passam a ser o BNDES e órgãos internacionais;
- Aquisição do controle das instituições pelo governo federal: Nesse caso o governo deve privatizá-la ou extingui-la; e
- Saneamento: O estado aporta 50% das dívidas da instituição e se compromete a adotar uma série de medidas que permitiram sua solidez no longo prazo.

Como visto na seção anterior, o Banerj estava incluído no RAET e sendo administrado pelo Bozano Simonsen. Uma das medidas adotadas pela administração foi a transformação da distribuidora do grupo em banco múltiplo, que recebeu o nome de Banerj S.A. Para este novo

banco foi passada toda a rede de agências e operações bancárias do Banco do Estado do Rio de Janeiro, ficando no banco antigo os débitos junto ao Banco Central e os créditos de difícil recuperação. Na prática significou a separação da parte boa da parte ruim do banco. Apesar de gerar críticas do tipo *privatização dos lucros e socialização dos prejuízos*, SALVIANO JUNIOR justifica a operação sob o argumento de que os créditos de longo prazo tendem a ser desvalorizados pelo comprador. No caso do Banerj o vendedor tinha conhecimento de que os créditos de longos prazos valiam mais do que os compradores estariam dispostos a pagar. Dessa forma é preferível recebê-los no longo prazo a vendê-los com o deságio oferecido pelo comprador, o que torna aceitável que o vendedor não se desfaça desses créditos.

No ano de 96 ocorreram duas tentativas para privatizar o banco. Na primeira a associação dos funcionários do banco entrou com uma liminar impedindo o leilão. Na segunda, uma outra liminar obrigava a leitura de uma advertência sobre a avaliação dos imóveis do banco. Essa leitura deveria ocorrer antes do leilão e conseqüentemente reduziria o valor do banco, optando assim, o governo, pela interrupção do processo. Nesse mesmo ano o Banco Central decreta a liquidação extrajudicial do banco. Nomeou o Bozano Simonsen, até então administrador da instituição, como liquidante.

Em 30.10.96, após aprovadas as regras da privatização pelo Conselho Monetário Nacional, foram pré-qualificados para participarem do leilão os bancos Itaú, Bradesco, Banco de Boston, CCF Brasil, BBA Creditanslat e duas empresas, a Cia de Investimentos Latino-Americano e General Electric Capital Co. Pelas regras do leilão o Estado venderia o controle do banco para apenas uma empresa, não podendo ser diluído para mais de um comprador. O vencedor do leilão foi o banco Itaú, sendo o único a apresentar proposta, arrematando o Banco do Estado do Rio de Janeiro por R\$ 311 milhões.

Em São Paulo, devido a demora na negociação entre os governos estadual e federal, somente no final de 97 o controle do Banespa passou para a União, em troca do refinanciamento de parte da dívida. Uma vez federalizado, o Banespa saiu do RAET em 26/12/97, e em janeiro de 98 o banco foi incluído no PND – Programa Nacional de Desestatização. Em 20.11.2000, o Santander adquire o banco pagando um ágio de 281% em relação ao preço mínimo.

O governo de Minas Gerais tomou um posicionamento contrário ao dos outros estados, que acompanhavam as negociações em um ritmo menos acelerado, na esperança de que em algum momento fosse criado um precedente que lhes permitissem continuar com o controle de seus bancos. Logo após a edição do Proes, Minas assina um protocolo se

comprometendo a vender seus dois bancos comerciais, o CrediReal e o Bemge. Além disso, também transformaria seu banco de desenvolvimento, o BDMG, em agência de fomento e encerraria a liquidação extrajudicial da MinasCaixa. No leilão realizado em 07.08.97, o CrediReal é vendido ao BCN por \$127,3 milhões. Em maio de 98 a liquidação extrajudicial da MinasCaixa é transformada em liquidação ordinária e em 14.09.98, em um novo leilão, o Bemge é adquirido pelo Itaú, pelo valor de R\$ 583 milhões.

No Rio Grande do Sul, o governo do estado assinou um protocolo, em maio de 97, comprometendo-se a sanear o Banrisul e transformar a Caixa Econômica Estadual em uma agência de fomento, passando suas atividades bancárias para o Banrisul. Como, pelas regras do Proes, o estado deveria entrar com o mesmo valor do refinanciamento da dívida estatal, uma das medidas adotadas pelo governo foi assumir a dívida do banco junto ao seu fundo de pensão, e no caso da transformação da Caixa Econômica Estadual em agência de fomento o estado comprou dela sua carteira de crédito. Em março de 98 o contrato definitivo entre o estado e a União foi assinado.

Em Pernambuco, o governo estadual optou inicialmente pelo saneamento do Bandepe. Diante a impossibilidade de entrar com a contrapartida exigida pelo Proes, acabou assinando, em 12.06.98, o contrato para privatização do banco. O leilão foi realizado no mesmo ano, em 17.11.98, e teve como vencedor o ABN-Amro, único participante a dar lance no leilão. O valor da venda foi de R\$ 183 milhões.

Na Bahia a opção desde o primeiro momento foi a privatização do Baneb. Em 19.03.98, o contrato entre os governos estadual e federal é assinado prevendo a federalização do o Baneb para posterior privatização. Devido ao alinhamento do estado, então governado por Paulo Souto, do PFL, com as idéias reformistas do governo federal, o estado acabou por realizar ele mesmo a venda do banco, por entender que desta forma o processo seria mais rápido. O Senado, então presidido por Antonio Carlos Magalhães, também do PFL, autorizou o refinanciamento da dívida do estado em 10.12.97, data anterior a assinatura de adesão ao Proes. O leilão foi realizado em 22.06.99 e também só teve um ofertante, o Bradesco, que adquiriu o banco estadual por R\$ 260 milhões.

O estado do Maranhão também optou pela privatização em 30.06.98. Em 12.07.00, o BEM foi levado a leilão porém sem aparecer interessados. Como não houve lance, situação prevista nos contratos de privatização, o banco foi federalizado para posterior privatização.

No Paraná, o processo de negociação foi longo e complicado. O estado propôs passar o banco estadual, o Banestado, para um fundo de previdência dos servidores do estado, que

viria a ser criado. Em seu entendimento o processo caracterizava uma privatização, portanto, segundo as regras do Proes, o valor utilizado para sanear o banco deveria ser totalmente desembolsado pela União. Pelo entendimento do governo federal, o estado continuaria responsável pelos compromissos assumidos por este fundo, logo o banco, na prática, não deixaria de ser estatal. Dessa forma o refinanciamento deveria ser de 50% do valor necessário para o saneamento, devendo o estado arcar com a outra metade. Por fim, em 30.05.98, o contrato entre os governos estadual e federal é assinado, prevendo a privatização do banco.

Para alguns bancos menores, apesar da intenção de optar pelo saneamento e posterior privatização ou transformá-los em agências de fomento, o Banco Central entendeu que, ou por não haveria interesse por parte de compradores, e devido as suas condições já bastante precárias, a liquidação seria a melhor solução. Foi o caso do Bemat, Banco do Mato Grosso, do Beron, de Rondônia e do Produban, de Alagoas, o Baner, de Roraima, o Banacre, do Acre, do Bandern e BDRN, do Rio Grande do Norte e do Banap do Amapá.

Em 98, coincidindo com o término do prazo de adesão ao Proes, haveria eleições para governadores de estado. Pela legislação os governadores atuais não podem assumir empréstimos nos seis meses que antecedem as eleições. Por esse motivo, em março de 98, Espírito Santo, Sergipe e Pará optarem por aderirem ao Proes, via saneamento de suas instituições.

No Estado de Santa Catarina a decisão foi transformar o banco de desenvolvimento do estado, Badesc, em agência de fomento e sanear o conglomerado BESC. No último dia de adesão ao programa, 31.03.98, foi firmado o contrato com a União. O estado se comprometia a capitalizar R\$ 50 milhões e assumir passivos do BESC na ordem de R\$ 59 milhões. Em março e maio de 99 foram liberadas parcelas do Proes. Como a situação do banco continuava a agravar-se, o Banco Central fez uma nova avaliação nas operações de crédito do banco, bem como na situação de seu fundo de pensão. Após essa reavaliação ficou constatado que a situação do banco era bem pior do que se pensava originalmente e que continuando no ritmo que vinha seguindo, correria sério risco de liquidação. Os valores acordados inicialmente não eram suficientes para sanear a instituição, da mesma forma que o estado não tinha condições de aumentar sua contrapartida. Diante desse novo cenário, em 30.09.99, é assinado um novo contrato prevendo a federalização do banco, para posterior privatização.

TABELA 3 - RESULTADO DOS LEILÕES REALIZADO PELO PROES (EM MILHÕES DE REAIS)

ESTADO	Instituição financeira	Preço mínimo	Preço de venda	Agio (%)	Comprador
RJ	Banerj	310	311	0,32	Itaú
MG	Credireal	121	127,3	5,21	BCN/Bradesco
MG	Bemge	314	583	85,67	Itaú
PE	Bandep	183	183	0,00	ABN/Amro
BA	Baneb	252	260	3,17	Bradesco
PR	Banestado	403	1650	309,43	Itaú
SP	Banespa	1850	7050	281,08	Santander
PB	Paraiban	50,18	76,35	52,15	ABN/Amro
GO	Beg	300,72	665	121,14	Itaú
AM	Bea	182,91	182,91	0,00	Bradesco
MA	Bemge	77,17	78	1,08	Bradesco
CE	Bec	576,5	700	21,42	Bradesco
Totais		4.620,48	11.866,56	156,83	

Fonte: GUTIÉRREZ (2006)

Como pode ser visto na tabela, o programa de privatização dos bancos estaduais atingiu uma receita de R\$ 11.8 bilhões. O Banespa, banco do estado de São Paulo foi vendido por 7 bilhões. Esse valor somado ao valor de venda do Banestado, o banco do estado do Paraná, representam 79% do total arrecadado com as privatizações.

QUADRO 3 - RESULTADO DO PROES

SITUAÇÃO DOS BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS PÓS PROES					
SITUAÇÃO	INSTITUIÇÃO	UF	SITUAÇÃO	INSITUIÇÃO	UF
EXTINTOS OU EM LIQUIDAÇÃO	BANDERN	RN	PRIVATIZADOS	GEC	GO
	PRODUBAN	AL		CREDREAL	MG
	BANACRE	AC		PARAIBAN	PB
	BERON	RN		BEM	MA
	BANAP	AP		BEMGE	MG
	BANER	RO		BANESTADO	PR
	BDRN	RN		BANDEP	PE
	BEMAT	MT		BANESPA	SP
	MINASCAIX	MG		BANEB	BA
	CAIXEGO	GO		BEA	AM
	CEE	RS		BANER	RJ
	DESENBANCO	BA		BEC	CE
	BANDES	ES			
	BDGOIÁS	GO			
BADESC	SC				
SANEADOS	BEP	PI	AGÊNCIAS DE FOMENTO CRIADAS	CAIXA RS	RS
	BESC	SC		BADESC	SC
	BANRISUL	RS		AFPR	PR
	BANPARA	PR		DESNBAHIA	BA
	NOSSA CAIXA	SO		AGN	RN
	BANESTES	ES		AFAP	AP
	BANESE	SE		GOIÁS FOMENTO	GO
	BDMG	MG		AFEAM	AM
NÃO SAENADO	BRB	DF	AFERR	RR	
			INVEST RIO	RJ	

GUTIÉRREZ (2006)

O quadro mostra que de 36 instituições controladas pelos estados, apenas uma não foi saneada, o BRB. Doze instituições foram privatizadas, quinze liquidadas e oito saneadas. Além disso houve a criação de onze agências de fomento.

3.3 OS BANCOS ESTADUAIS PÓS-PROES

A seguir serão demonstrados alguns números antes e depois do Proes. O ano escolhido para demonstrar a situação dos bancos antes do Proes foi o de 1994, quando os bancos estaduais encontravam-se no auge de suas crises. O período pós-Proes, para efeito desta análise, teve início em 2000, quando todos os contratos já haviam sido assinados.

Para permitir uma melhor comparação, foram criados três grupos de bancos. O primeiro composto de seis dos oito bancos saneados pelo programa. A escolha desses bancos, apesar de buscar contemplar todas as regiões do país, deixou fora da análise a região Centro-Oeste por não haver banco estadual optante por essa modalidade no Proes. Os bancos incluídos neste grupo são o Banrisul e o BESC representando a região Sul, a Nossa Caixa, do estado de São Paulo representando a região Sudeste, o Banpará representando a região Norte e o Banese, de Sergipe, e o BEC, do Piauí, representando a região Nordeste.

O segundo grupo é composto apenas de um banco, o BRB – Banco de Brasília, por ser um banco que optou por não ingressar no Proes.

Para formar o terceiro grupo foram escolhidos grandes bancos privados para representarem o sistema financeiro nacional. Os bancos escolhidos foram o Itaú, o Bradesco e o Unibanco.

O estudo busca mostrar números relevantes para o setor bancário e para cada um deles foi usado diferentes metodologias.

Para analisar o total de créditos e de depósitos, foi considerada a participação de cada um dos grupos no total do Sistema Financeiro. Dessa forma, buscou-se anular oscilações oriundas de políticas monetárias no período, tais como retração ou incentivo ao crédito ou a poupança. Como a conjuntura era a mesma para todas as instituições analisadas, a participação no todo mostrou ser a forma mais razoável de comparação.

O total de ativos das instituições também é indicador importante, por demonstrar o crescimento das mesmas. Para esse indicador foi considerado a evolução mês a mês de cada um dos grupos e sua performance comparada ao total do Sistema Financeiro.

Por fim foram analisados o índice de liquidez e a relação entre receitas e despesas das instituições. O primeiro índice tenta mostrar o nível de solvência dos bancos analisados, antes e depois do Proes. A relação entre as contas de receitas e despesas se faz necessária pois uma análise focada apenas em uma das duas contas mostraria um resultado irreal, devido as fusões, incorporações e aquisições ocorridas no período. Na análise desses dois indicadores, o

grupo dos grandes bancos privados foi formado pelo Itaú e pelo Bradesco. O Banco Central não divulgou informações sobre o balanço do Unibanco no ano de 1994 mas, segundo o entendimento do autor, a ausência do Unibanco não invalida a análise devido a forte representatividade dos bancos componentes do grupo.

TABELA 4 – ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO NO CRÉDITO (EM MILHÕES DE REAIS)
PARTICIPAÇÃO DOS BANCOS NO TOTAL DE CRÉDITO DO SFN
 Período 94 - 2000 a 2006

	1994	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total de Crédito no SFN	143.253.628	224.944.464	229.027.238	254.191.194	278.102.234	333.662.998	408.696.481	497.390.987
Bancos Saneados								
BCO DO EST. DE SC	305.623	145.816	130.831	148.818	168.789	203.890	210.671	478.070
BCO DO EST. DE SE	58.368	122.081	140.583	189.270	208.854	206.607	247.899	315.517
BCO DO EST. DO PA	114.903	185.310	73.602	84.056	128.437	174.935	178.628	180.681
BCO DO EST. DO PI	28.007	29.986	34.250	49.688	60.323	60.107	73.679	95.685
BCO DO EST. DO RS	968.592	1.977.059	2.707.038	3.616.275	3.721.139	4.625.864	4.923.075	5.202.156
BCO NOSSA CAIXA	3.613.650	2.035.800	2.620.109	3.216.199	3.466.415	4.355.092	5.386.270	6.292.775
Total	5.089.143	4.496.052	5.706.413	7.304.306	7.753.957	9.626.495	11.020.222	12.564.884
Partic. no total do SFN	3,55	2,00	2,49	2,87	2,79	2,89	2,70	2,53
Banco Não Saneado								
BRB	474.484	497.794	482.355	485.732	499.597	643.343	665.704	755.093
Partic. no total do SFN	0,33	0,22	0,21	0,19	0,18	0,19	0,16	0,15
Grandes bancos privados								
BCO BRADESCO	7.313.666	22.528.427	25.508.647	24.350.119	28.404.923	40.581.878	50.244.710	56.836.699
BCO ITAU	5.174.946	12.644.364	16.619.965	16.538.368	15.133.263	16.767.348	21.795.336	24.647.120
UNIBANCO	4.402.170	11.038.244	15.093.437	15.747.334	16.456.331	18.865.044	23.491.283	27.240.963
Total	16.890.782	46.211.035	57.222.049	56.635.821	59.994.517	76.214.270	95.531.329	108.724.782
Partic. no total do SFN	11,79	20,54	24,98	22,28	21,57	22,84	23,37	21,86

Fonte: Banco Central – Elaboração do próprio autor

Pela tabela é possível concluir que a participação dos bancos saneados, escolhidos para esta análise, sofreu uma pequena redução, 1,02 pontos percentuais, se comparada a participação em 1994, antes do Proes, com a participação em 2006, pós Proes. Em 94, esses bancos representavam 3,55% do total do crédito nacional e em 2006 esse percentual foi de 2,53%, tendo uma redução de 28,73%. Essa redução pode ser atribuída ao maior rigor na concessão de crédito, uma exigência do PROES. Neste mesmo período, o grupo formado pelos três grandes bancos escolhidos para essa análise, representava 11,79% do total de

crédito do sistema financeiro e em 2006 a participação desses mesmos bancos chega a 21,86%, tendo uma variação de 85,39%, em relação a 94. Aqui vale um comentário de que nos últimos anos operações de aquisição de outras instituições financeiras por bancos privados, nacionais e estrangeiros, foi uma constante no mercado financeiro. Essa está sendo uma estratégia de atuação para permitir aos grandes bancos, tanto manter sua posição no mercado como viabilizar crescimento da instituição. Aos bancos públicos não é permitido essa prática. Primeiramente pela razão óbvia da dificuldade em reunir recursos que permitissem disputar, pelas regras de mercado, com grandes grupos privados. Em segundo, por representar um retrocesso na meta de diminuição das atividades do setor público no sistema bancário. Uma exceção a essa regra é a incorporação do BESC pelo Banco do Brasil, que será brevemente comentada no final deste capítulo.

Concluindo a análise da participação dos bancos no crédito nacional é importante observar que o BRB – Banco de Brasília, banco que não foi saneado, sofreu uma significativa redução em sua participação. Passou de 0,33% em 94 para 0,23% em 2006, diminuindo sua participação em 31,67%.

TABELA 5 – ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO NOS DEPÓSITOS (EM MILHÕES DE REAIS)
PARTICIPAÇÃO DOS BANCOS NO TOTAL DE DEPÓSITOS DO SFN

Período 94 - 2000 a 2006

	1994	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total de Depósitos no SFN	160.761.335	320.639.984	361.184.891	445.481.575	483.573.535	578.776.475	738.883.605	898.999.462
Bancos saneados								
BCO DO EST. DE SC	353.197	616.262	628.152	689.910	506.096	775.166	1.080.690	1.489.367
BCO DO EST. DE SE	83.192	373.508	474.444	565.950	627.220	685.524	910.729	1.045.679
BCO DO EST. DO PA	70.218	376.917	327.462	319.391	477.630	453.716	743.060	810.593
BCO DO EST. DO PI	4.734	76.114	81.454	92.420	59.204	84.179	116.083	125.278
BCO DO EST. DO RS	1.365.626	4.798.850	5.408.377	6.538.024	7.505.889	7.590.667	8.897.314	10.413.206
BCO NOSSA CAIXA	4.012.976	11.828.826	15.862.003	18.088.755	18.989.583	22.014.899	24.690.298	27.566.261
Total	5.889.943	18.070.477	22.781.892	26.294.450	28.165.622	31.604.151	36.438.174	41.450.384
Partic. no total do SFN	3,66	5,64	6,31	5,90	5,82	5,46	4,93	4,61
Banco Não Saneado								
BRB	483.274	797.187	822.264	1.015.355	1.146.227	1.383.461	1.632.090	2.044.222
Partic. no total do SFN	0,30	0,25	0,23	0,23	0,24	0,24	0,22	0,23
Grandes bancos privados								
BCO BRADESCO	10.271.794	30.211.576	35.708.754	46.933.089	52.043.657	71.141.050	95.553.390	117.415.423
BCO ITAU	7.607.079	25.446.536	26.817.109	32.435.670	41.374.363	54.300.704	84.641.418	113.622.675
UNIBANCO	5.059.627	11.003.023	16.437.747	24.367.114	24.166.174	33.000.136	39.550.693	43.949.652
Total	22.938.500	66.661.135	78.963.610	103.735.873	117.584.194	158.441.890	219.745.501	274.987.750
Partic. no total do SFN	14,27	20,79	21,86	23,29	24,32	27,38	29,74	30,59

Fonte: Banco Central – Elaboração do próprio autor

Da mesma forma como ocorreu no crédito, os bancos analisados saneados pelo Proes tiveram pequeno aumento na participação do total de depósitos no SFN. Em 1994, data anterior ao Proes, esse bloco de bancos participava com 3,66% do total do país. Em 2006 essa participação fechou em 4,61%, significando um incremento de 25,84% em relação a 1994. Os grandes bancos privados tiveram sua participação aumentada em 114,37%, bem superior ao incremento dos bancos saneados. Porém deve-se considerar também que esse aumento, em parte, é derivado de aquisições de outras instituições. Mais uma vez o BRB – Banco de Brasília teve diminuição no total do estado saindo de um percentual de 0,30% em 1994 para 0,23% , reduzindo assim sua participação em 24,36%.

TABELA 6 – EVOLUÇÃO DO TOTAL DE ATIVOS (EM MILHÕES DE REAIS)
EVOLUÇÃO DO TOTAL DE ATIVOS
 Período 94 - 2000 a 2006

	1994	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Bancos Saneados								
BCO DO EST. DE SC	933.075	1.532.632	1.669.537	2.034.785	2.426.577	2.337.619	2.834.417	2.978.225
BCO DO EST. DE SE	121.693	504.718	670.374	699.310	965.689	1.050.103	1.203.628	1.443.796
BCO DO EST. DO PA	192.545	481.145	535.703	542.208	645.394	712.688	978.738	992.455
BCO DO EST. DO PI	46.073	155.956	152.247	188.500	138.854	182.557	220.286	212.997
BCO DO EST. DO RS	3.988.630	7.722.597	9.038.863	11.318.816	11.896.202	12.299.303	14.316.091	15.786.805
BCO NOSSA CAIXA	5.919.110	18.475.844	22.167.216	28.612.651	27.535.458	31.251.866	33.418.818	39.319.392
Total	11.201.126	28.872.892	34.233.940	43.396.270	43.608.174	47.834.136	52.971.978	60.733.670
Evolução		157,77	18,57	26,76	0,49	9,69	10,74	14,65
Banco Não Saneado								
BRB	972.425	1.305.630	1.395.694	1.559.120	1.744.814	1.991.795	2.214.315	2.723.342
Evolução		34,27	6,90	11,71	11,91	14,16	11,17	22,99
Grandes bancos privados								
BCO BRADESCO	18.341.244	62.840.063	78.989.231	99.027.780	128.390.864	139.251.398	172.721.494	234.703.187
BCO ITAU	13.763.029	55.433.136	66.856.805	74.744.709	82.676.250	98.566.183	135.386.359	192.725.919
UNIBANCO	10.134.063	37.622.485	43.158.168	62.460.402	53.291.480	62.474.186	75.461.564	93.952.531
Total	42.238.336	155.895.684	189.004.204	236.232.891	264.358.594	300.291.767	383.569.417	521.381.637
Evolução		269,09	21,24	24,99	11,91	13,59	27,73	35,93

Fonte: Banco Central – Elaboração do próprio autor

Na comparação dos ativos totais podemos observar que o bloco dos bancos saneados cresceram 442,21% quando comparamos o ano de 2006 com o de 1994. Esse percentual de crescimento ficou bem acima do percentual de crescimento do banco não saneado pelo Proes, o BRB – Banco de Brasília no mesmo período, que foi de 180,06 %. A evolução no total de ativos dos grandes bancos privados, 1.134,68% de 1994 a 2006, deixa bem claro as aquisições feitas por eles, já que, segundo o Banco Central, o total de ativos de todos os bancos do sistema financeiro em 1994 era R\$ 351.117.226 mil e em 2006 foi de R\$ 1.930.450.842, representando um aumento de 449,80%, bem abaixo do registrado por esses três grandes bancos.

TABELA 7 – EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (EM MILHÕES DE REAIS)

EVOLUÇÃO ATIVO CIRCULANTE								
Período 94 - 2000 a 2006								
	1994	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Bancos Saneados								
BCO DO EST. DE SC	874.847	1.419.093	1.564.566	1.931.359	2.353.667	2.251.942	2.742.042	2.876.412
BCO DO EST. DE SE	103.936	476.127	634.983	662.930	929.330	1.012.003	1.163.623	1.398.410
BCO DO EST. DO PA	156.737	443.295	498.226	507.257	611.039	681.284	943.011	959.245
BCO DO EST. DO PI	40.511	151.018	145.518	182.591	133.555	177.682	216.108	208.039
BCO DO EST. DO RS	3.823.681	7.498.807	8.735.315	10.913.657	11.443.776	11.871.265	13.846.676	15.309.122
BCO NOSSA CAIXA	5.717.011	18.189.581	21.864.500	28.234.546	27.178.259	30.831.242	32.911.882	38.805.101
Total	10.716.723	28.177.921	33.443.108	42.432.340	42.649.626	46.825.418	51.823.342	59.556.329
Banco Não Saneado								
BRB	887.074	1.142.663	1.227.837	1.378.214	1.550.164	1.770.786	1.952.667	2.394.686
Grandes bancos privados								
BCO BRADESCO	15.239.083	55.417.908	70.934.579	89.386.039	120.970.376	132.430.723	159.068.251	212.037.551
BCO ITAU	11.747.842	46.815.444	58.181.678	66.929.977	78.852.811	93.744.495	112.261.471	155.606.607
Total	26.986.925	102.233.352	129.116.257	156.316.016	199.823.187	226.175.218	271.329.722	367.644.158
EVOLUÇÃO PASSIVO CIRCULANTE								
Período 94 - 2000 a 2006								
	1994	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Bancos Saneados								
BCO DO EST. DE SC	800.841	890.791	1.005.737	1.927.644	2.308.791	2.196.292	2.706.623	2.814.623
BCO DO EST. DE SE	108.126	447.409	602.018	617.313	864.744	938.491	1.100.059	1.337.933
BCO DO EST. DO PA	135.512	419.747	468.782	470.839	570.558	637.387	895.587	903.224
BCO DO EST. DO PI	18.429	125.774	124.506	156.693	99.293	137.994	170.244	156.326
BCO DO EST. DO RS	3.653.591	7.157.206	8.372.487	10.483.552	11.017.720	11.192.994	13.092.573	14.426.604
BCO NOSSA CAIXA	5.381.188	17.341.492	20.812.048	27.258.287	25.711.815	29.088.526	31.047.326	36.720.441
Total	10.097.687	26.382.419	31.385.578	40.914.328	40.572.921	44.191.684	49.012.412	56.359.151
Banco Não Saneado								
BRB	777.985	1.116.689	1.180.627	1.326.593	1.499.826	1.735.047	1.938.680	2.419.610
Grandes bancos privados								
BCO BRADESCO	14639922	56285447	73625439	93379603	127341430	134754394	161268423	215489265
BCO ITAU	11339048	50609460	61832305	70357031	81575439	94834895	130923019	182984778
Total	25978970	106894907	135457744	163736634	208916869	229589289	292191442	398474043
EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE LIQUIDEZ								
Período 94 - 2000 a 2006								
	1994	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Bancos Saneados	1,06	1,07	1,07	1,04	1,05	1,06	1,06	1,06
Banco Não Saneado	1,14	1,02	1,04	1,04	1,03	1,02	1,01	0,99
Grandes bancos privados	1,04	0,96	0,95	0,95	0,96	0,99	0,93	0,92

Fonte: Banco Central – Elaboração do próprio autor

O índice de liquidez geral mostra o nível de solvência da instituição, ou em outras palavras, o quanto a empresa tem para cada unidade que deve. É calculado pela relação do ativo circulante mais realizável a longo prazo pelo passivo circulante mais o exigível a longo prazo. A análise acima mostra que os bancos saneados mantêm atualmente o mesmo índice que tinha antes do Proes.

TABELA 8 - EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO DESPESAS E RECEITAS (EM MILHÕES DE REAIS)

EVOLUÇÃO DESPESAS								
Período 94 - 2000 a 2006								
	1994	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Bancos Saneados								
BCO DO EST. DE SC	-266.683	-262.372	-278.820	-1.378.078	-295.367	-252.324	-387.075	-323.538
BCO DO EST. DE SE	-46.787	-61.482	-69.691	-91.441	-112.942	-112.419	-138.555	-162.736
BCO DO EST. DO PA	-73.432	-82.547	-88.947	-83.755	-100.218	-102.473	-138.750	-170.548
BCO DO EST. DO PI	-14.522	-14.424	-18.062	-18.443	-28.608	-20.691	-26.032	-25.223
BCO DO EST. DO RS	-1.291.284	-1.586.136	-2.082.689	-2.775.828	-2.810.764	-2.706.095	-3.330.391	-2.851.641
BCO NOSSA CAIXA	-1.964.067	-1.671.366	-2.544.697	-3.062.024	-2.849.409	-3.016.708	-3.600.936	-3.720.366
Total	-3.654.781	-3.676.327	-5.080.905	-7.407.567	-6.195.305	-6.208.706	-7.619.734	-7.252.046
Evolução		0,59	38,21	45,79	(16,37)	0,22	22,73	(4,83)
Banco Não Saneado								
BRB - BCO DE BRASILIA	-418.245	-352.295	-408.867	-508.665	-565.456	-658.708	-711.297	-746.133
Evolução		(15,77)	16,06	24,41	11,16	16,49	7,98	4,90
Grandes bancos privados								
BCO BRADESCO	-7.241.180	-11.791.289	-20.156.494	-36.844.540	-28.990.325	-43.692.752	-43.809.043	-42.334.338
BCO ITAU	-4.660.419	-6.228.468	-10.858.993	-25.764.168	-13.043.905	-14.443.149	-21.409.323	-21.617.223
Total	-11.901.599	-18.019.757	-31.015.487	-62.608.708	-42.034.230	-58.135.901	-65.218.366	-63.951.561
Evolução		51,41	72,12	101,86	(32,86)	38,31	12,18	(1,94)
EVOLUÇÃO RECEITAS								
Período 94 - 2000 a 2006								
	1994	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Bancos Saneados								
BCO DO EST. DE SC	266.683	258.120	287.908	396.794	318.325	263.557	364.698	332.769
BCO DO EST. DE SE	46.787	65.308	75.271	97.265	122.254	117.699	153.101	193.559
BCO DO EST. DO PA	73.432	83.905	92.124	87.027	102.904	103.933	143.360	172.746
BCO DO EST. DO PI	14.522	15.167	19.276	21.507	32.995	23.604	29.732	29.898
BCO DO EST. DO RS	1.291.284	1.578.819	2.085.685	2.858.124	2.864.803	2.896.738	3.364.048	2.914.404
BCO NOSSA CAIXA	1.964.067	1.788.868	2.674.174	3.130.258	2.929.480	3.139.523	3.842.983	3.804.613
Total	3.658.769	3.792.187	5.236.439	6.592.977	6.372.764	6.547.058	7.899.927	7.449.995
Evolução		3,65	38,08	25,91	(3,34)	2,73	20,66	(5,70)

Banco Não Saneado								
BRB - BCO DE BRASÍLIA	418.245	355.967	430.402	510.880	573.921	669.153	728.171	804.793
Evolução		(14,89)	20,91	18,70	12,34	16,59	8,82	10,52
Grandes bancos privados								
BCO BRADESCO	7.241.180	12.075.414	20.856.633	37.332.157	29.555.662	44.829.272	46.089.937	43.869.022
BCO ITAU	4.660.419	7.001.535	11.926.074	26.334.368	13.765.439	15.640.876	21.926.320	22.049.091
Total	11.901.599	19.076.949	32.782.707	63.666.525	43.321.101	60.470.148	68.016.257	65.918.113
Evolução		60,29	71,84	94,21	(31,96)	39,59	12,48	(3,08)

RELAÇÃO RECEITA / DESPESA

Período 94 - 2000 a 2006

	1994	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Bancos Saneados	1,00	1,03	1,03	0,89	1,03	1,05	1,04	1,03
Banco Não Saneado	1,00	1,01	1,05	1,00	1,01	1,02	1,02	1,08
Grandes bancos privados	1,00	1,06	1,06	1,02	1,03	1,04	1,04	1,03

Fonte: Banco Central – Elaboração do próprio autor

Na relação das receitas pelas despesas, pode ser observado que os três grupos de bancos analisados mantiveram-se constantes, não sendo possível tirar nenhuma conclusão em cima desta análise.

O Caso Banco do Brasil x BESC

Como comentado neste capítulo, o BESC, Banco do Estado de Santa Catarina, foi federalizado, apesar da opção inicial do governo estadual, de mantê-lo sob seu controle. Também foi comentada, a estratégia dos bancos privados em avançar no mercado, através de fusões e aquisições de outros bancos. Aos bancos oficiais, não é permitido esse movimento, já que significaria um retrocesso na diminuição do setor público nas atividades bancárias. O que estaria acontecendo, na realidade, seria um banco privado passando para o controle público. Porém, a incorporação de bancos federalizados, não configura esse retrocesso.

As negociações entre o governo do estado, o governo federal e o Banco do Brasil, foram oficializadas em 19.04.2007, quando foi enviado um comunicado à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, anunciando o início dos estudos para a incorporação do BESC pelo Banco do Brasil. (Diário Catarinense de 08.05.2007). Anteriormente o governo do estado havia licitado sua folha de pagamento, e o vencedor foi o Bradesco, que adquiriu a folha de pagamento do estado por R\$ 210 milhões, porém esse leilão foi suspenso, atendendo um recurso da Advocacia-geral da União, junto ao Supremo Tribunal Federal, alegando que

no contrato de federalização do BESC, o governo tinha se comprometido a manter sua folha de pagamento na instituição (Jornal A Notícia, de 02.10.2007). O Bradesco também ameaçou interromper o processo, alegando que a venda dos bancos estaduais deveriam ocorrer através de um transparente de privatização, e dessa forma, obter o maior retorno possível para seus acionistas. O argumento é rebatido pelo Secretário da Fazenda do Estado, Ivo Carminati, que garante a legalidade de todo o processo (Diário Catarinense, 03.10.2007).

No dia 20 de fevereiro de 2008, é formalizada, em Brasília, a retirada do BESC do Programa Nacional de Desestatização, eliminando assim, qualquer possibilidade de privatização (Diário Catarinense, 21.02.08). No dia 21, na Assembléia Legislativa de SC, executivos dos dois bancos inauguram o compartilhamento dos terminais de auto-atendimento das instituições, permitindo assim, que clientes de uma das duas instituições possam usar seu cartão no terminal de auto-atendimento da outra instituição (A Notícia, 22.02.08). O próximo passo para a incorporação é a avaliação dos ativos do BESC. O prazo para conclusão de todo processo burocrático é de um ano, porém a previsão é que a incorporação aconteça ainda em 2008 (Diário Catarinense, 22.02.08).

É importante observar que a incorporação ainda não é uma certeza, mas tudo indica que deve acontecer. Para o Banco do Brasil representa um aumento de crescimento, nos mesmos moldes que ocorre com os bancos privados, quando adquirem outras instituições. Dessa forma, se a incorporação acontecer e vir a ser um caso de sucesso, pode se repetir, já que outros bancos estão na mesma situação que o BESC, federalizados.

4 CONCLUSÃO

No primeiro capítulo, na contextualização do problema, foi explicado que o crescimento através do endividamento foi uma opção. No final da década de 50 e início de 60, o país deu um importante passo rumo ao desenvolvimento, com a realização do Plano de Metas, “cinquenta anos em cinco”. O plano, apesar do sucesso, teve seu preço, comprometendo as futuras gerações, já que era baseado no financiamento externo, sem haver maiores preocupações com a inflação. Em um conturbado momento da história, os militares assumem o poder e instituem o PAEG, um plano que consistia em reformas políticas e estruturais, que visava à contenção da inflação e a continuidade do crescimento. Como o setor público continuou a ser o responsável no fornecimento do crédito, o problema do endividamento foi se agravando. Na década de 70, ocorrem importantes mudanças no cenário internacional, modificando as condições do crédito externo. O Brasil opta por continuar o crescimento, através do II PND, comprometendo ainda mais suas finanças externas. No final dessa década, a situação do endividamento, tanto nacional, como dos estados, já está bastante comprometida e ocorre o segundo choque do petróleo, reduzindo o acesso ao crédito externo. O Brasil se vê obrigado a realizar mudanças na condução da política econômica. A busca do controle do déficit público, acumulado por todo esse período, passa, então, a ser o problema principal do governo. Apesar de sucessivos planos econômicos, o problema se arrasta por toda a década de 80. No início da década de 90, para continuar tendo acesso ao crédito externo e atender as exigências dos credores, o país adota políticas econômicas mais liberais.

O segundo capítulo apresenta composição do Sistema Financeiro Nacional, originado pelas reformas de 64. É comentado como o sistema funcionava antes das reformas e os motivos que levaram a sua reestruturação. As reformas pretendiam diminuir a dependência do setor público na concessão do crédito e permitir um crescimento não inflacionário, financiando o déficit público através de emissão de títulos públicos e não de moeda. O sistema idealizado é baseado em um mercado de capitais forte e atuante na captação de recursos para estimular o investimento público e privado. O capítulo mostra também o crescimento da participação dos bancos públicos no Sistema Financeiro.

O terceiro capítulo é reservado aos bancos estaduais. Explica a importância desses bancos como financiadores do déficit estadual e as dificuldades do governo federal em

controlar o déficit público nacional, sem controlar os déficits estaduais. A primeira seção atravessa o período de 1980 a 1994, onde ocorre o agravamento da crise estadual, e em consequência dos bancos estaduais. O país passa por várias tentativas de estabilidade, através de diversos planos econômicos em diferentes momentos políticos, até a estabilização econômica com o Plano Real. Nesse momento, fica evidenciada a necessidade de ajustar os déficits dos estados para ajustar o déficit federal. O governo lança então o Plano de Ajuste Fiscal e Reestruturação do Estado, que concedia linhas de crédito para financiar dívidas estaduais em atraso. O plano não obtém sucesso, levando o governo a editar o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados, que dava ao governo poderes para negociar as dívidas estaduais. Apesar de todos os esforços em salvar os estados, a situação dos bancos estaduais continuavam complicadas, o que levou o governo a criar o RAET, permitindo a intervenção nos bancos, visando evitar sua liquidação. A utilização dos bancos estaduais, como fornecedores de crédito aos estados e empresas estaduais, continua sendo um problema, não solucionado pelo RAET. Então o governo edita o PROES, que é comentado na segunda seção. Com o PROES, o governo federal oferece refinanciamento das dívidas estaduais e em contrapartida, reduz a possibilidade dos estados se endividarem através de seus bancos estaduais. Nessa seção é mostrado o resultado do programa, citando os estados que optaram em aderir-lo. Na terceira seção é comparada a situação de bancos saneados com, um banco não saneado e, grandes bancos privados. Para essa comparação foram usados os indicadores de crédito, depósitos, ativos totais, índice de liquidez e relação entre despesas e receitas das instituições. O indicador índice de liquidez mostrou que os bancos saneados mantiveram os mesmos índices de antes do programa. Na relação entre despesas e receitas não houve variação entre os três grupos. Na comparação dos ativos totais, os bancos saneados não acompanharam o crescimento dos ativos totais dos grandes bancos privados, que cresceram, percentualmente, bem acima do total do Sistema Financeiro. Isso pode ser explicado pelas aquisições de outras instituições financeiras, movimento não permitido para os bancos estaduais. Na análise dos indicadores de crédito e depósitos totais, os bancos saneados tiveram um aumento em sua participação no Sistema Financeiro. Esse aumento foi inferior aos dos grandes bancos privados, enquanto que o banco não saneado teve uma redução de participação.

Ao final dessa análise, este trabalho conclui que, os bancos estaduais tendem a ter resultado financeiro inferior aos bancos privados, porém não necessariamente serem deficitários. As diferenças regionais, havendo várias localidades onde os bancos estaduais são

as únicas opções de crédito e serviços bancários à população, justificam sua existência, como instituição financeira e promotores do desenvolvimento, contribuindo, assim, na redução das desigualdades regionais.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAER, Mônica. **O Rumo Perdido** A crise fiscal e financeira do Estado Brasileiro. São Paulo: Editora Paz e Terra S.A., 1993.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. www.bacen.gov.br

BANCO DO BRASIL. www.bb.com.br

CARVALHO, Fernando J. Cardim de: Investimento, poupança e financiamento do desenvolvimento. In: SOBREIRA, Rogério; RUEDIGER, Marco Aurélio (Orgs.). **Desenvolvimento e construção nacional: política econômica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

CASTRO, Lavínia Barros de:Privatização, Abertura e Desindexação: A Primeira Metade dos Anos 90. In:GIAMBIAGE, Fabio; VILLELA, André, CASTRO, Lavínia Barros; HERMANN, Jennifer (Orgs), **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004): Financiamento do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2005.

COSTA NETO, Yttrio Corrêa da, **Banco Oficiais no Brasil: origem e aspecto do seu desenvolvimento**. Brasília, Banco Central do Brasil, 2004

FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos. www.febraban.org.br

GUTIÉRREZ, Cláudio Tito Gutiérrez. **A Reestruturação dos Bancos Estaduais Pós-Proes** Análise do caso Banrisul. 2006. 96f. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

HERMANN, Jennifer. Financiamento de investimentos no Brasil: evolução recente, quadro atual e perspectivas. In: OLIVEIRA, Adilson de; PINTO JUNIOR, Helder Queiroz (orgs.), **Financiamento do Setor Elétrico Brasileiro: Inovações Financeiras e Novo Modo de Organização Industrial**. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 1998.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. www.ibge.gov.br

REGO, José Marcio; MARQUES, Rosa Maria (Orgs). **Economia Brasileira**. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

LOPREATO, Francisco Luiz C. Política fiscal: mudanças e perspectivas. **Política econômica em foco** n.7, p 184-205, nov 2005/abr 2006.

NASCIMENTO, Renata: A mudança de papel do Estado brasileiro: uma análise dos anos 50 aos anos 90. In: BENECKE, Dieter W.; NASCIMENTO, Renata. **Opções de Política Econômica para o Brasil**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2003.

PUGA, Fernando Pimentel. **Sistema Financeiro Brasileiro**: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial. Rio de Janeiro, BNDES, Texto de discussão 68, 1999.

RIGOLON, Francisco; GIAMBIAGI, Fabio. A Renegociação das dívidas e o Regime Fiscal dos Estados. Rio de Janeiro, BNDES, Texto de discussão 69, 1999.

SALVIANO JUNIOR, Cleofas. **Bancos Estaduais**: dos problemas crônicos ao Proes. Brasília, Banco Central do Brasil, 2004.

STUDART, Rogério: Financiamento do Desenvolvimento. In: GIAMBIAGE, Fabio; VILLELA, André, CASTRO, Lavínia Barros; HERMANN, Jennifer (Orgs), **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2005.

6 ANEXO 1

TABELA 9 – QUANTIDADE DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS NOS MUNICÍPIOS DE SC

Cidade	Quantidade de agências de Bancos Privados	Quantidade de agências do BB	Quantidade de agências do BANRISUL	Quantidade de pontos de agências do BESC	Total
Abdon Batista	0	0	0	1	1
Abelardo Luz	1	1	0	1	3
Agrolândia	1	1	0	1	3
Agronômica	0	0	0	1	1
Água Doce	0	1	0	1	2
Águas de Chapecó	0	1	0	1	2
Águas Mornas	0	0	0	1	1
Alfredo Wagner	0	1	0	1	2
Anchieta	0	1	0	1	2
Angelina	0	0	0	1	1
Anita Garibaldi	0	1	0	1	2
Anitápolis	0	0	0	1	1
Antônio Carlos	0	1	0	1	2
Apiúna	1	0	0	1	2
Araquari	0	1	0	1	2
Araranguá	3	1	0	1	5
Armazém	0	1	0	1	2
Arroio Trinta	0	0	0	1	1
Ascurra	0	1	0	1	2
Atalanta	0	0	0	1	1
Aurora	0	0	0	1	1
Balneário Camboriú	7	2	1	1	11
Barra Velha	2	1	0	1	4
Benedito Novo	1	1	0	1	3
Biguaçu	2	1	0	1	4
Blumenau	35	9	1	5	50
Bom Jardim da Serra	0	0	0	1	1
Bom Retiro	0	1	0	1	2
Bombinhas	1	0	0	0	1
Botuverá	0	0	0	1	1
Braço do Norte	2	2	0	1	5
Brusque	8	1	0	1	10
Caçador	6	1	1	1	9
Caibi	1	1	0	1	3
Camboriú	3	1	0	1	5
Campo Alegre	0	1	0	1	2
Campo Belo do Sul	0	1	0	1	2
Campo Erê	0	1	0	1	2
Campos Novos	2	1	0	1	4
Canelinha	0	0	0	1	1
Canoinhas	4	1	0	1	6
Capinzal	2	1	0	1	4

Capivari de Baixo	1	0	0	1	2
Catanduvas	0	1	0	1	2
Caxambu do Sul	0	0	0	1	1
Celso Ramos	0	0	0	1	1
Chapecó	12	4	1	2	19
Cocal do Sul	2	1	0	1	4
Concórdia	5	1	1	1	8
Coronel Freitas	0	1	0	1	2
Correia Pinto	1	0	0	1	2
Corupá	2	1	0	1	4
Criciúma	16	4	1	3	24
Cunha Porã	0	1	0	1	2
Curitibanos	5	1	0	1	7
Descanso	0	1	0	1	2
Dionísio Cerqueira	1	1	0	1	3
Dona Emma	0	0	0	1	1
Doutor Pedrinho	0	0	0	1	1
Erval Velho	0	0	0	1	1
Faxinal dos Guedes	0	1	0	1	2
Florianópolis	50	21	1	11	83
Forquilha	1	1	0	1	3
Fraiburgo	4	1	0	1	6
Galvão	0	0	0	1	1
Garopaba	0	1	0	1	2
Garuva	0	1	0	1	2
Gaspar	4	1	0	1	6
Governador Celso Ramos	0	0	0	1	1
Grão Pará	0	0	0	1	1
Gravatal	0	1	0	1	2
Guabiruba	1	0	0	1	2
Guaraciaba	0	1	0	1	2
Guaramirim	3	1	0	1	5
Guarujá do Sul	0	0	0	1	1
Herval d'Oeste	0	1	0	1	2
Ibicaré	0	0	0	1	1
Ibirama	2	1	0	1	4
Içara	3	1	0	1	5
Ilhota	0	1	0	1	2
Imarú	0	0	0	1	1
Imbituba	4	1	0	1	6
Imbuia	0	0	0	1	1
Indaial	4	1	0	1	6
Ipira	0	0	0	1	1
Iporã do Oeste	1	1	0	1	3
Ipumirim	0	1	0	1	2
Iraceminha	0	0	0	1	1
Irani	0	1	0	1	2
Irineópolis	0	1	0	1	2
Itá	0	1	0	1	2
Itaiópolis	0	1	0	1	2
Itajaí	13	3	1	1	18
Itapema	4	1	0	1	6
Itapiranga	0	1	0	1	2

Itapoá	0	0	0	1	1
Ituporanga	2	1	0	1	4
Jaborá	0	0	0	1	1
Jacinto Machado	0	1	0	1	2
Jaguaruna	1	1	0	1	3
Jaraguá do Sul	10	3	0	2	15
Joaçaba	6	1	1	1	9
Joinville	46	12	1	5	64
José Boiteux	0	0	0	1	1
Lacerdópolis	0	0	0	1	1
Lages	13	2	1	2	18
Laguna	3	1	0	1	5
Laurentino	0	0	0	1	1
Lauro Muller	1	1	0	1	3
Lebon Régis	0	1	0	1	2
Leoberto Leal	0	0	0	1	1
Lindóia do Sul	0	0	0	1	1
Lontras	0	0	0	1	1
Luis Alves	0	0	0	1	1
Luzerna	0	0	0	1	1
Mafra	4	1	0	1	6
Major Gercino	0	0	0	1	1
Major Vieira	0	1	0	1	2
Maracajá	0	0	0	1	1
Maravilha	2	1	0	1	4
Marema	0	0	0	1	1
Massaranduba	2	1	0	1	4
Matos Costa	0	0	0	1	1
Meleiro	0	1	0	1	2
Modelo	0	0	0	1	1
Mondaí	0	1	0	1	2
Monte Castelo	0	1	0	1	2
Morro da Fumaça	2	1	0	1	4
Navegantes	3	1	0	1	5
Nova Erechim	0	0	0	1	1
Nova Trento	0	1	0	1	2
Nova Veneza	0	1	0	1	2
Orleans	2	1	0	1	4
Otacílio Costa	2	1	0	1	4
Ouro	0	0	0	1	1
Palhoça	5	1	0	2	8
Palma Sola	0	1	0	1	2
Palmitos	1	1	0	1	3
Papanduva	0	1	0	1	2
Paulo Lopes	0	0	0	1	1
Pedras Grandes	0	0	0	1	1
Penha	2	0	0	1	3
Peritiba	0	0	0	1	1
Petrolândia	0	0	0	1	1
Piçarras	1	1	0	1	3
Pinhalzinho	1	1	0	1	3
Pinheiro Preto	0	0	0	1	1
Piratuba	0	1	0	1	2

Pomerode	3	1	0	1	5
Ponte Alta	0	1	0	1	2
Ponte Serrada	0	1	0	1	2
Porto Belo	0	1	0	1	2
Porto União	3	1	0	1	5
Pouso Redondo	0	1	0	1	2
Praia Grande	0	1	0	1	2
Presidente Castelo Branco	0	0	0	1	1
Presidente Getúlio	1	1	0	1	3
Presidente Nereu	0	0	0	1	1
Quilombo	0	1	0	1	2
Rancho Queimado	0	0	0	1	1
Rio das Antas	0	0	0	1	1
Rio do Campo	0	1	0	1	2
Rio do Oeste	0	1	0	1	2
Rio do Sul	7	1	0	1	9
Rio dos Cedros	0	1	0	1	2
Rio Fortuna	0	0	0	1	1
Rio Negrinho	3	1	0	1	5
Riqueza	0	1	0	0	1
Rodeio	0	1	0	1	2
Romelândia	0	0	0	1	1
Salete	0	1	0	1	2
Salto Veloso	0	0	0	1	1
Santa Cecília	0	1	0	1	2
Santa Rosa de Lima	0	0	0	1	1
Santa Rosa do Sul	1	0	0	1	2
Santo Amaro da Imperatriz	1	1	0	1	3
São Bento do Sul	6	2	0	1	9
São Bonifácio	0	0	0	1	1
São Carlos	1	1	0	1	3
São Domingos	0	1	0	1	2
São Francisco do Sul	3	1	0	1	5
São João Batista	0	1	0	2	3
São Joaquim	2	1	0	1	4
São José	16	2	1	4	23
São José do Cedro	2	1	0	2	5
São Lourenço d'Oeste	2	1	0	1	4
São Ludgero	0	1	0	1	2
São Martinho	0	0	0	1	1
São Miguel d'Oeste	3	1	0	1	5
Saudades	0	0	0	1	1
Schroeder	1	0	0	1	2
Seara	1	1	0	1	3
Serra Alta	0	0	0	1	1
Siderópolis	1	1	0	1	3
Sombrio	1	1	0	1	3
Taió	2	1	0	1	4
Tangará	1	1	0	1	3
Tijucas	3	1	0	1	5
Timbé do Sul	0	0	0	1	1
Timbó	4	1	0	1	6

Timbó Grande	0	0	0	1	1
Três Barras	1	0	0	1	2
Treze de Maio	0	1	0	1	2
Treze Tílias	0	1	0	1	2
Trombudo Central	0	1	0	1	2
Tubarão	9	2	1	2	14
Tunápolis	0	0	0	1	1
Turvo	2	1	0	1	4
União do Oeste	0	0	0	1	1
Urubici	1	1	0	1	3
Urupema	0	0	0	1	1
Urussanga	2	1	0	1	4
Vargeão	0	1	0	1	2
Vidal Ramos	0	1	0	1	2
Videira	5	1	0	1	7
Vitor Meireles	0	0	0	1	1
Witmarsum	0	0	0	1	1
Xanxerê	4	1	0	1	6
Xavantina	0	1	0	1	2
Xaxim	2	1	0	1	4

Fonte: Site do Banco Central, elaboração do autor, dados em janeiro de 2008